



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5017701-07.2018.4.04.0000/PR

RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR

AGRAVANTE: MARIO TEIXEIRA

ADVOGADO: JAMES BILL DANTAS

ADVOGADO: CELIO LUCAS MILANO

ADVOGADO: FABIANE TESSARI LIMA DA SILVA

ADVOGADO: AMIR JOSE FINOCCHIARO SARTI

ADVOGADO: SAULO SARTI

ADVOGADO: LIA SARTI

ADVOGADO: LUDMILLA GUIMARÃES ROCHA

ADVOGADO: CAUÊ MARTINS SIMON

AGRAVADO: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

AGRAVADO: FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

AGRAVADO: RICARDO BURG MLYNARZ

AGRAVADO: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN

AGRAVADO: INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ - IAP

AGRAVADO: VOLNEY ZANARDI JUNIOR

AGRAVADO: PORTO PONTAL PARANA IMPORTACAO E EXPORTACAO S.A.

ADVOGADO: PEREGRINO DIAS ROSA NETO

ADVOGADO: FERNANDA MACIEL GARCEZ

ADVOGADO: GERALD KOPPE JUNIOR

MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

AMICUS CURIAE: SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUC AMBIENTAL

ADVOGADO: HUGO CREMONEZ SIRENA

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AMBIENTAL. AÇÃO POPULAR. TERMINAL PORTUÁRIO EM PONTAL DO PARANÁ. LICENÇA DE INSTALAÇÃO. COMPONENTE INDÍGENA. LIMINAR EXAURIDA. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO DESPROVIDO.

1- Para julgar este agravo de instrumento, os julgadores precisam fazer uma opção de método: vão se ater às regras do devido processo e aos limites da jurisdição (conhecendo então o agravo como prevê o CPC e o artigo 108-II da Constituição), ou vão enfrentar todas

as questões que tiverem sido suscitadas ao longo do recurso, fugindo um pouco (ou talvez muito) da visão do processo civil a que estamos habituados.

2- Aqui me parece que não temos escolha: devemos nos ater ao devido processo legal, nos conduzir e julgar de conformidade com as regras do processo civil, que envolvem limitações ao conhecimento e ao julgamento pelo tribunal de segunda instância. Por isso, o julgamento deve se basear nos autos do processo e na lei processual, não avançando sobre questões que não possam ser enfrentadas por este julgador no agravo de instrumento seja porque não deduzidas no momento oportuno, seja porque versem sobre questões preclusas, seja porque exista até coisa julgada decorrente de ação anteriormente proposta, seja porque inseridas na competência do juízo de primeiro grau a quem o tribunal não pode substituir, mas apenas controlar.

3- Fixada essa premissa metodológica, devemos considerar que estamos discutindo licenciamento ambiental de obra de grande porte (terminal portuário), sendo demanda que geralmente traz dificuldades para seu enfrentamento pelo Poder Judiciário porque: **(a)** trata de processo complexo e dinâmico, que nem sempre consegue manter sintonia entre os tempos dos fatos que acontecem no mundo real e o tempo do processo judiciário, que é lento e envolve ampla defesa e contraditório, e está submetido a princípios como o da demanda e da necessária iniciativa das partes para discutir as questões (e assim tem que ser porque produz coisa julgada, diferentemente da atuação das partes no mundo concreto, onde não produzem decisões que devam ser tornar imutáveis e indiscutíveis pela coisa julgada); **(b)** este recurso é agravo de instrumento, que não devolve ao Tribunal o conhecimento de todas as questões litigiosas nem permite que o segundo grau inove naquilo que as partes estão discutindo em primeiro grau, mas apenas permite que a segunda instância controle os atos jurisdicionais praticados em primeiro grau.

4- A liminar discutida se limitou a suspender os efeitos da licença de instalação até a análise conclusiva do componente indígena do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) pela FUNAI. Como essa análise já foi feita, a liminar realmente se esgotou, não havendo reparos a fazer à decisão agravada, que considerou exaurida a tutela deferida.

5- Se o autor-agravante, a FUNAI e o Ministério Público discordam da proteção que foi outorgada pelo juízo por meio dessa liminar e entendem que a licença de instalação e o processo de licenciamento deveriam permanecer suspensos até a análise do Plano Básico Ambiental (PBA) ou além disso, deveriam ter recorrido. Como não o fizeram, a decisão está preclusa. Este agravo de instrumento não é a via adequada para discutir o acerto da liminar, nem para obter provimento jurisdicional mais abrangente, considerando que a parte agravante pediu somente o restabelecimento daquela liminar que já deixou de produzir efeitos, e não o deferimento de nova tutela de urgência. A este Tribunal cabe apenas controlar a regularidade e a

higidez da decisão agravada. Novos pedidos devem ser formulados no primeiro grau de jurisdição, nos autos do processo originário ou por ação própria, se for o caso.

6- Agravo de instrumento improvido. Decisão mantida. Embargos de declaração prejudicados.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu, por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento e por julgar prejudicados os embargos de declaração, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Porto Alegre, 05 de junho de 2019.

Documento eletrônico assinado por **CÂNDIDO ALFREDO S. LEAL JR., Desembargador Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **40001041179v15** e do código CRC **972faf5a**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): CÂNDIDO ALFREDO S. LEAL JR.
Data e Hora: 5/6/2019, às 17:48:49

5017701-07.2018.4.04.0000

40001041179.V15



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5017701-07.2018.4.04.0000/PR

RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR

AGRAVANTE: MARIO TEIXEIRA

ADVOGADO: JAMES BILL DANTAS

ADVOGADO: CELIO LUCAS MILANO

ADVOGADO: FABIANE TESSARI LIMA DA SILVA

ADVOGADO: AMIR JOSE FINOCCHIARO SARTI

ADVOGADO: SAULO SARTI

ADVOGADO: LIA SARTI

ADVOGADO: LUDMILLA GUIMARÃES ROCHA

ADVOGADO: CAUÊ MARTINS SIMON

AGRAVADO: RICARDO BURG MLYNARZ

AGRAVADO: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN

AGRAVADO: INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ - IAP

AGRAVADO: VOLNEY ZANARDI JUNIOR

AGRAVADO: PORTO PONTAL PARANA IMPORTACAO E EXPORTACAO S.A.

ADVOGADO: PEREGRINO DIAS ROSA NETO

ADVOGADO: FERNANDA MACIEL GARCEZ

ADVOGADO: GERALD KOPPE JUNIOR

AGRAVADO: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

AGRAVADO: FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

AMICUS CURIAE: SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUC AMBIENTAL

ADVOGADO: HUGO CREMONEZ SIRENA

RELATÓRIO

Este **agravo de instrumento** ataca decisão proferida pelo juiz federal Flávio Antônio da Cruz, que **tornou sem efeito liminar** deferida em ação popular por reputá-la exaurida, concluindo que o processo de licenciamento ambiental do Terminal Portuário Pontal do Paraná poderia ter continuidade junto aos órgãos competentes.

Esse é o teor da decisão agravada, na parte que aqui interessa (evento 272 do processo originário; grifei):

I. Reporto-me, por brevidade, ao detalhado relatório que elaborei no movimento 256. Na ocasião, registrei que, com apreciação não exaustiva dos elementos de convicção vertidos nos autos, tudo

indicava que o provimento de urgência deferido no curso do feito havia se esgotado, dada a realização do estudo antropológico pela demandante.

*Ao mesmo tempo, todavia, **facultei à demandante a comprovação de ter promovido as alterações requisitadas pela FUNAI ao emitir a nota técnica jungida no movimento-221, como transcrevo abaixo:***

"a) As correções e complementações solicitadas na Informação nº 05/2017 - CGLIC-DPDS-FUNAI, incluindo a complementação da matriz de impacto deverão ser apresentadas em, no máximo, 30 (trinta) dias;

b) Os compromissos assumidos junto às comunidades indígenas, durante as reuniões realizadas, deverão ser registrados como compromissos do empreendedor, devendo conter cronograma e estratégia para seu cumprimento, podendo ser entregue junto com o Plano de Trabalho para detalhamento das medidas de mitigação e compensação;

c) Deverão ser apresentadas as informações sobre a vinculação do TPPP com a Faixa de Infraestrutura em Pontal do Paraná, e quais as alternativas à implementação da Faixa, no prazo de 30 (trinta) dias;

*d) **Considerando o descolamento do componente indígena e a existência da Licença de Instalação, o empreendedor deve abster-se de iniciar obras na região até que sejam realizados os detalhamentos das medidas de mitigação e compensação,** uma vez que os impactos da construção devem ser mitigados, ou que sejam apresentadas medidas para proteger as terras e povos indígenas dos impactos identificados, com ações a serem executadas de acordo com o cronograma de obra.*

*e) A entrega do Plano de trabalho para detalhamento das medidas de mitigação e compensação não deverá exceder 45 (quarenta e cinco) dias a partir da manifestação da Funai, **uma vez que já existe a Licença de Instalação;***

f) Que seja apresentado a esta Funai, responsável da empresa pelo componente indígena, de modo a facilitar a interlocução entre os atores do Processo."

No movimento-270, a autora sustentou ter cumprido aludidas condições, reportando-se à Carta n. 18/2017, postulando prorrogação, por 15 dias, do prazo de manifestação para apresentar correções e complementações solicitadas. Ela teria apresentado, ademais, em 09 de novembro de 2017 a Carta n. 17/2017, com as respostas solicitadas por meio da Informação Técnica n. 05/2017, bem como o Estudo do Componente Indígena, devidamente revisado e aprovado, nos termos do item 168 da IT 05/2017, de modo que o requisito 'a' teria sido cumprido.

Quanto à condição de item 'b', ela teria protocolado, em 27 de novembro de 2017, a Carta n. 23, de 2017, com lista de compromissos assumidos, acompanhado de cronograma e descrição da estratégia para cumprimento. Em 01 de dezembro de 2017, a Porto Pontal teria protocolado a carta n. 01/2017, contendo o plano de trabalho projeto básico ambiental do componente indígena, reiterando as obrigações pactuadas junto às nações nativas locais.

*Ela também sustentou ter cumprido o requisito de item 'c', nos termos da manifestação de movimento-221. Ademais, **não haveria efeitos imediatos, decorrentes do exaurimento da liminar, no que tocaria à realização das obras, eis que ainda haveria questões pendentes de análise pelo IBAMA**, a despeito dos requerimentos por ela protocolados, junto à autarquia ambiental, em 07 de julho/15. Por conseguinte, as condições versadas no item 'd' também teriam sido atendidas.*

O plano de trabalho do componente indígena teria sido protocolado em 29 de novembro de 2017, cumprindo-se o requisito de item 'e'. Por fim, a imposição de item 'f' também teria sido atendida, no que tocaria à interlocução entre distintos atores do processo ambiental em questão. A demandada juntou documentos e os autos vieram conclusos.

DECIDO

*II. Como registrei no movimento 256, **foi deferida liminar (evento 39), em 21 de outubro de 2015, pelo r. Juízo da Subseção de Paranaguá, determinando a suspensão dos efeitos da licença de instalação n. 1059/2015, expedida em favor da demandada Porto Pontal, até que fosse solicitada a manifestação da FUNAI a respeito da eventual afetação das comunidades indígenas, no entorno do aludido empreendimento, conforme exigido pela Convenção 169, da OIT. A decisão judicial foi mantida pelo eg. TRF4, ao apreciar os recursos interpostos pelos contendores.***

Por outro lado, no movimento-110, modulei os efeitos daquela deliberação judicial, facultando à empresa demandada a elaboração do estudo antropológico em causa, mantendo a suspensão do processo administrativo de licenciamento até que a FUNAI pudesse se manifestar a respeito do aludido pleito. Ademais, também modulei os efeitos da decisão liminar, franqueando à requerida a deflagração imediata dos procedimentos para atender às condicionantes n. 2.3., 2.4. e 2.6. (detalhadas no movimento 102 dos autos). No movimento 219, ela comprovou ter submetido o aludido estudo antropológico à apreciação da FUNAI, entidade que o aprovou com pontuais ressalvas.

Desse modo, registrei (evento 256) que - ao que sinalizavam os autos - a liminar havia sido exaurida, pelo aparente atingimento do seu telos. Determinei que a empresa comprovasse, contudo, a realização das alterações no projeto, indicadas pela FUNAI, o que a demandada sustentou ter cumprido, conforme petição de evento 270, juntada aos autos em 06 de abril corrente.

Para tanto, a empresa Porto Pontal anexou aos autos cópia da Carta n. 018/2017, em que requereu à FUNAI a prorrogação de prazo, por 15 dias, para apresentação dos estudos aludidos no ofício n. 284/2017 CGLIC. Ela juntou, ademais, cópia de estudo/relatório, detalhando a alegada satisfação das referidas condicionantes (evento 270, outros-4). Na ocasião, a requerida alegou que "Os compromissos assumidos durante as reuniões realizadas com as comunidades indígenas serão registrados como compromissos do empreendedor e no PBA-I serão apresentados os detalhamentos quanto ao cronograma e estratégia para seu cumprimento." (evento-270, outros-4, p. 5).

A demandada detalhou informações a respeito da vinculação do TPP com a faixa de infraestrutura, em Pontal do Paraná, e respectivas alternativas à implementação da Faixa (item 'c'), ao tempo em que apresentou cronograma de evolução das obras, com a indicação das fases pertinentes. Por fim, a empresa indicou os interlocutores, com dados de contatos, para facilitar a comunicação entre as partes envolvidas no processo administrativo, dentre outros elementos de convicção.

III. Percebe-se, assim, que o presente caso não cuida de hipótese de monopólio da primeira palavra - conforme conhecida expressão de Canotilho (CANOTILHO, J.J. Gomes. Direito Constitucional e teoria da Constituição. 7. ed. Coimbra: Almedina. 2003. p. 669) -, ao contrário do que ocorre com representações estatais pela expedição de mandados de busca e apreensão ou pelo monitoramento de diálogos telefônicos alheios (art. 5º, XI e XII, CF), por exemplo.

Trata-se, ao contrário, de projeção da jurisdição inibitória e repressiva, enquanto monopólio judicial da última palavra (art. 5º, XXXV, CF), cabendo ao Poder Judiciário conferir a validade dos atos administrativos e das condutas particulares promovidas, no âmbito do processo administrativo de licenciamento ambiental. Isso significa, por óbvio, que não é dado ao presente Juízo substituir-se à Fundação Indigenista, no que toca ao exame da conveniência, oportunidade e suficiência das alterações havidas no estudo do componente antropológico, sob pena de afronta à Separação de Poderes.

Tanto por isso, a análise aqui promovida não impede que, de modo motivado, a FUNAI reputa, no âmbito administrativo, que as alterações não foram empreendidas a contento, a despeito do detalhamento empreendido pela requerida, no evento 270. Tampouco há empecos que, oportunamente, a análise que venha a ser promovida pela FUNAI seja também alvo de subsequente apreciação judicial, desde que sejam respeitados os limites da causa (teoria da substanciação) e o postulado dispositivo (art. 141 c/ art. 493, CPC). No presente momento, impõe-se tão somente aferir se há motivos para a subsistência da liminar deferida no movimento-39 e modulada no evento-110.

IV. TUDO EQUACIONADO, reputo que, de fato, a liminar já se exauriu, cumprindo os fins a que estava destinada. A empresa Porto Pontal Importação e Exportação elaborou o estudo antropológico (componente indígena) - reclamado na peça inicial -, e o submeteu à apreciação da FUNAI. Aparentemente, as condições impostas pela Fundação Indígena foram atendidas pela requerida, conforme elementos de convicção vertidos no movimento 270.

Tanto por isso, o processo de licenciamento ambiental poderá ter seguimento, com impulsão por parte do IBAMA e da FUNAI, mediante a apreciação das questões pendentes de deliberação. Concordo, portanto, com a avaliação promovida pela Procuradoria da República (parecer de movimento 243), quando sustenta que não há empecos para a continuidade do processo administrativo em questão, o que não significa vaticinar pleitos porventura formulados pela demandada Porto Pontal, perante o Poder Executivo.

Enfim, caberá ao Poder Executivo promover a pertinente fiscalização administrativa do preenchimento dos requisitos legamente previstos para a obtenção de licenças ambientais, com

destaque para as atribuições, acometidas à FUNAI, quanto à apreciação da suficiência dos elementos porventura já apresentados, por parte da requerida, para atendimento das condicionantes veiculadas na Informação Técnica n. 5/2017 CGLIC DPDS FUNAI.

Diante da urgência noticiada pela demandada, considerando também que a presente análise não impede que os requisitos pertinentes sejam alvo do rigoroso controle, cargo do IBAMA e da FUNAI, torno sem efeitos, A PARTIR DESTA DATA, a medida liminar, deferida no curso desse processo.

V. EM CONCLUSÃO, reputo exaurida a liminar deferida no curso deste processo, de modo que o processo administrativo em questão poderá ter continuidade perante os órgãos ambientais pertinentes. A medida liminar já atingiu os efeitos a que se destinava, de modo que não se justifica que o processo administrativo permaneça suspenso.

Ressalvo, uma vez mais, que caberá à FUNAI apreciar, de modo motivado, a suficiência/adequação das alterações promovidas pela requerida Porto Pontal no estudo do componente indígena (documentos de evento 270). Caso repute que as alterações foram promovidas de modo inconsistente, isso deverá ser oportunamente informado ao presente Juízo, para apreciação. INTIMEM-SE os contendores e o MPF a respeito da presente decisão e também dos documentos jungidos no evento 270.

VI. Quanto ao mais, CUMPRA a Secretaria as decisões de itens 3.5. do despacho de movimento 256. Atribua-se URGÊNCIA.

Essa decisão foi objeto de embargos declaratórios (evento 287), os quais foram rejeitados pelo juízo (evento 290) nos seguintes termos (grifei):

I. No movimento-272, em data de 09 de abril corrente, reparei EXAURIDA a liminar deferida no curso do feito, ressaltando eventual retomada dos seus efeitos, na hipótese de a FUNAI reputar que as condicionantes por ela fixadas não teriam sido atendidas.

No evento 285, a entidade SPVS - INSTITUTO DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUCAÇÃO AMBIENTAL postulou a sua admissão na causa enquanto amicus curiae.

Por seu turno, o autor ingressou com embargos declaratórios, insurgindo-se contra a decisão de movimento-229. O embargante alegou, grosso modo, que teria havido descon sideração do art. 505, CPC, na medida em que o Juízo teria indeferido a perícia, conquanto o único tema em debate fosse - segundo alegou - o tema pertinente ao seu custeio. Por outro lado, teria havido violação ao art. 465, caput e §1º, CPC, bem como a descon sideração do disposto no art. 464, §1º, CPC, dada a repar eciação do tema pertinente à perícia. O Juízo teria simplesmente suposto que o perito se recusaria a trabalhar sem prévia contraprestação, não havendo óbices para a sua remuneração apenas ao final do processo, com trânsito em julgado da sentença. Ademais, também teria sido revogada a liminar, sem prévia manifestação da FUNAI.

D'outro tanto, no movimento 289, o autor sustentou que a FUNAI teria emitido parecer, datado de 23 de março de 2018, sustentando que "considerando que serão apresentadas medidas de mitigação e

compensação para o componente indígena, do ponto de vista técnico desta FUNAI, não há possibilidade de manifestação sobre início das obras, uma vez que o produto técnico que permite tal manifestação é o PBA - ainda em elaboração (para o componente indígena)."

O autor sustentou que a FUNAI não teria concordado com a liberação da instalação do empreendimento; não teria se pronunciado sobre o atendimento do aludido componente indígena pelo empreendedor. A decisão deveria ser revogada pelo Juízo, por conta disso. A requerida teria induzido o juízo em erro, ao afirmar te cumprido as condicionantes impostas pela Fundação Indigenista. Ela reportou-se também à decisão proferida pelo presente juízo nos autos n. 5009591-38.2018.404.7000.

Os autos vieram conclusos.

DECIDO

II. Em 22 de março de 2018, INDEFERI o pedido de realização de diligência pericial formulado pelos autores, conforme detalhada fundamentação de movimento-256. O autor foi intimado a respeito, conforme movimento 257, e ingressou, na data de 10 de abril com os embargos declaratórios de movimento 287.

INTIMEM-SE, pois, os requeridos para, querendo, se manifestarem a respeito dos mencionados embargos declaratórios (ev. 287), no prazo COMUM de 10 (dez) dias úteis, quanto às entidades de direito público (art. 183, CPC) e prazo de 05 (cinco) dias úteis, quanto aos demais demandados (art. 1.023, §2º c/ art. 219, CPC). Juntadas as autos as manifestações das partes, ou decorrendo in albis o prazo para tanto fixado, INTIME-SE também o MPF para, querendo, manifestar-se a respeito, no prazo de 10 dias úteis (art. 180, CPC).

III. Na mesma oportunidade, querendo, os requeridos e o MPF poderão se manifestar a respeito da eventual admissão da SPVS - INSTITUTO DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUCAÇÃO AMBIENTAL como amicus curiae no presente feito, para os fins do art. 138, CPC/15.

INTIME-SE também o autor desta ação popular para que, querendo, manifeste-se a respeito do aludido pleito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

IV. No movimento 289, o autor sustentou que a liminar não deveria ter sido reputada exaurida, ao contrário do que decidi no evento 272 deste eproc. Quanto ao tema, reporto-me, por brevidade, ao exame que promovi nos despachos de eventos 229 e 256, repisando que, na nota técnica n. 05/2017, a FUNAI manifestou aquiescência com o estudo do componente indígena, elaborado pela empresa Porto Pontal, ao tempo em que impôs algumas condicionantes:

163. Uma das grandes preocupações que vem sendo reforçada ao longo dos Processos dos empreendimentos da região, é a possibilidade de restrição de áreas de uso, de mobilidade e da possibilidade de confinamento das comunidades indígenas, num processo de "ilhamento" das terras indígenas, cercadas por empreendimentos e ocupações que podem colocar em risco tanto as terras quanto os próprios povos indígenas.

164. Ainda que sejam apresentados uma série de ações governamentais que já vem sendo tomadas nos níveis municipais e estaduais, deve ser considerado que atualmente há uma série de movimentos contrários aos direitos indígenas, podendo ser colocado em risco direitos já considerados consolidados, como a reconhecimento das terras indígenas como direito primordial aos povos indígenas.

165. Especificamente sobre o Processo de Licenciamento e os estudos aqui analisados, destacamos que a participação dos diretores do TPPP nas reuniões de apresentação deve ser considerada como positiva, uma vez que estabelece um vínculo mais próximo e pelos diretores deterem capacidade institucional para responder aos questionamentos feitos pelas comunidades.

166. Embora não tenha sido enfático na conclusão sobre a viabilidade do empreendimento -do ponto de vista do componente indígena- até porque a questão já foi prejudicada pelo Licenciamento como o mesmo está sendo conduzido -com o componente indígena deslocado, **não verificou-se, na análise questões que possam ser consideradas "intransponíveis". Há sim, a necessidade de adequações de alguns trechos do Estudo, em especial a matriz de impacto** que deveria ser um produto consolidado dos impactos previstos a partir de metodologia específica com aqueles identificados a partir da metodologia indígena.

167. Também é necessário que os impactos sejam reinterpretados após a aplicação das propostas de mitigação/compensação e há necessidade de esclarecimento de alguns pontos, já citados ao longo da informação.

168. Assim, conforme previsto no artigo 10 da Instrução Normativa nº 02/2015, e após a análise dos estudos, da manifestação indígenas e dos documentos contidos nos autos do Processos, **RECOMENDAMOS à DPDS que o ESTUDO POSSA SER CONSIDERADO APROVADO, com as ressalvas de serem feitas as modificações necessárias descritas ao longo da informação**, sendo necessário também que os compromissos assumidos pelo empreendedor durante as reuniões- ainda que não estejam vinculados diretamente ao Processo de Licenciamento Ambiental sejam considerados como obrigações a serem devidamente cumpridas ao longo do processo, devendo ser apresentado, de forma análoga ao PBA, o planejamento para tais ações.

169. As correções deverão ser entregues em até 30 dias após a emissão de manifestação da Funai ao Ibama, uma vez que **essas correções são necessárias para a continuidade do Processo- especialmente em relação à fase de detalhamento das ações.**

170. Destaca-se também que as ações aqui propostas também se vinculam ao Processo da Faixa de Infraestrutura, uma vez que os dois empreendimentos estão interligados. É necessário que seja esclarecido como essa dependência será operada no que concerne o componente indígena - uma vez que os programas de mitigação e compensação foram

pensados integrados? E se o licenciamento da Faixa de Infraestrutura não tiver continuidade? ou do próprio TPPP? Como um processo influencia no outro- nos termos dos compromissos assumidos?

171. São perguntas que devem ser respondidas de maneira objetiva possibilitando assim, a continuidade do processo de maneira transparente e com os compromissos bem estabelecidos."

(movimento-221, outros-3)

"a) As correções e complementações solicitadas na Informação nº 05/2017/CGLIC/DPDS-FUNAI, incluindo a complementação da matriz de impacto deverão ser apresentadas em, no máximo, 30 (trinta) dias;

b) Os compromissos assumidos junto às comunidades indígenas, durante as reuniões realizadas, deverão ser registrados como compromissos do empreendedor, devendo conter cronograma e estratégia para seu cumprimento, podendo ser entregue junto com o Plano de Trabalho para detalhamento das medidas de mitigação e compensação;

c) Deverão ser apresentadas as informações sobre a vinculação do TPPP com a Faixa de Infraestrutura em Pontal do Paraná, e quais as alternativas à implementação da Faixa, no prazo de 30 (trinta) dias;

d) Considerando o descolamento do componente indígena e a existência da Licença de Instalação, o empreendedor deve abster-se de iniciar obras na região até que sejam realizados os detalhamentos das medidas de mitigação e compensação, uma vez que os impactos da construção devem ser mitigados, ou que sejam apresentadas medidas para proteger as terras e povos indígenas dos impactos identificados, com ações a serem executadas de acordo com o cronograma de obra.

e) A entrega do Plano de trabalho para detalhamento das medidas de mitigação e compensação não deverá exceder 45 (quarenta e cinco) dias a partir da manifestação da Funai, uma vez que já existe a Licença de Instalação;

f) Que seja apresentado a esta Funai, responsável da empresa pelo componente indígena, de modo a facilitar a interlocução entre os atores do Processo."

Por conseguinte, conquanto a FUNAI tenha imposto condicionantes, ela reputou que, com pontuais ressalvas, o projeto mereceria ser aprovado. No movimento 270, a empresa Porto Pontal juntou cópia dos documentos que disse ter apresentado à Fundação Nacional do Índio.

V. No movimento-272, em data de 09 de abril corrente, reputei exaurida a liminar, eis que o estudo teria sido submetido à apreciação da entidade competente, de modo que o processo administrativo deveria ser impulsionado pelo Poder Executivo, atentando-se para os requisitos legalmente previstos para tanto. Ao mesmo tempo, ressalvei que poderia determinar nova suspensão do

referido licenciamento, na hipótese de ocorrerem aos autos sinais de comprometimento do ambiente ou dos direitos das comunidades nativas, habitantes do entorno da obra sob debate nesse processo.

O autor sustentou que a deliberação teria incorrido em error in iudicando e error in procedendo, dado que a FUNAI não teria concordado com a liberação da instalação do empreendimento, tampouco tendo se pronunciado efetivamente sobre o atendimento das condicionantes, quanto ao componente indígena. Ele se reportou a um memorando da área técnica da FUNAI, datado de 23 de março de 2018 (evento 289, outros2), subscrito por MARIA JANETE ALBUQUERQUE (Memorando 34/2018/CGLIC/DPDS/FUNAI):

"1. Em atenção à Cota n. 00183/2018/COAF/PFE/PFE-FUNAI/PGF/AGU, informamos que, em relação ao Licenciamento Ambiental do Terminal Portuário Pontal do Paraná (TPPP), o processo, nesta Fundação encontra-se em fase de análise de plano de trabalho para detalhamento de Projeto Básico Ambiental- PBA.

2. Destaca-se que o Processo de Licenciamento, conduzido pelo Ibama, não considerou adequadamente o componente indígena para a emissão das Licenças Prévia e de Instalação, fato esse que fez com que o componente indígena esteja "deslocado" no tempo do licenciamento. Explico: os estudos de impacto para atestar (ou não) a viabilidade de um dado empreendimento são obrigatórios para a emissão da Licença Prévia, entretanto, no caso do TPPP, os estudos e a LP foram emitidos sem a existência das questões indígenas. Da mesma forma, a Licença de Instalação, só pode ser considerada após a análise do Projeto Básico Ambiental - PBA, que, no caso em tele também foi feito e emitida a LI sem a existência do componente indígena.

3. Assim, atualmente, ainda que o componente indígena esteja sendo realizado, o mesmo está "descolado" e deslocado do procedimento ordinário. É mister lembrar que o componente indígena é parte dos estudos que devem ser feitos, e não estudos à parte.

4. Assim, e considerando que ainda serão apresentadas as medidas de mitigação e compensação para o componente indígena, do ponto de vista técnico desta Funai não há possibilidade de manifestação sobre início das obras, uma vez que o produto técnico que permite tal manifestação é o PBA- ainda em elaboração (para o componente indígena).

5. Devemos destacar, entretanto, que a decisão de emissão ou não licenças é de responsabilidade do licenciador, no caso o Ibama, e não desta Funai que deve atuar como equipe supletiva à do licenciador, avaliando os possíveis impactos relativos ao componente indígena.

6. Em relação aos dados solicitados pelo MPE- PR não localizamos o que teria sido solicitado. Informamos ainda que o Processo de acompanhamento do licenciamento nesta Funai está à disposição para o acompanhamento externo pelo MPE, devendo apenas ser informada a pessoa que deverá ser autorizada para acessar o processo."

Repiso, todavia, que, no movimento-221, outros-3, encontra-se nota técnica da FUNAI, também subscrita por MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO, em 26 de setembro de 2017, reputando que, com as ressalvas acima equacionadas, o estudo do componente indígena deveria ser aprovado, fazendo tal recomendação à DPDS - Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável, daquela Fundação.

Ademais, como deixei bem vincado na deliberação de evento 272, a decisão judicial, reputando exaurida a liminar deferida no curso desse feito, não impede que a FUNAI reprove o projeto, hipótese que, sendo comunicada ao juízo, ensejará nova suspensão do processo administrativo em questão. Por sinal, semelhante foi a conclusão do MPF, no parecer de movimento 243 deste eproc:

"Conforme acima relatado, a decisão liminar estabeleceu que os efeitos da licença de instalação n. 1059/2015 ficariam suspensos até que fosse solicitada, nos autos do respectivo processo administrativo, a manifestação da FUNAI acerca das comunidades indígenas afetadas pelo empreendimento. Acontece que, na última petição da PORTO PONTAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S/A (evento 221), foi trazida nestes autos de ação popular a notícia de que a FUNAI, por meio da informação técnica n. 05/2017, finalmente se manifestara a respeito do impacto que poderia ser causado pela construção do Terminal Portuário Pontal do Paraná em terras indígenas. E a conclusão dessa autarquia federal é no sentido de que não há, do ponto de vista do componente indígena, elementos que impeçam a continuidade do processo de licenciamento ambiental, desde que observadas certas condicionantes indicadas na referida informação técnica. Com efeito, NÃO MAIS SE VISLUMBRAM MOTIVOS para a manutenção da liminar, o que não exonera a Porto Pontal Importação e Exportação SA - importante frisar - do cumprimento das condicionantes elencadas pela FUNAI."

A tanto convergiu, ademais, a manifestação do IBAMA (evento 248).

VI. Os contendores foram intimados a respeito do pedido, formulado pela requerida Porto Pontal, de cancelamento dos efeitos da referida liminar, conforme despacho de movimento 229 e eventos 230 e ss., sendo também importante ter em conta o caráter secundum eventum litis e rebus sic standibus dos provimentos de urgência. A decisão impugnada (evento 272) é mera projeção das premissas suficientemente detalhadas nas deliberações de eventos 229 e 256 do presente eproc.

No memorando n. 34/2018, apresentado pelo autor, a FUNAI sustentou que "atualmente, ainda que o componente indígena esteja sendo realizado, o mesmo está descolado e deslocado do procedimento ordinário. É mister lembrar que o componente indígena é parte dos estudos que devem ser feitos, e não estudo à parte. Assim, e considerando que ainda serão apresentadas as medidas de mitigação e compensação para o componente indígena, do ponto de vista técnico desta Funai não há possibilidade de manifestação sobre início das obras, uma vez que o produto técnico que permite tal manifestação é o PBA - ainda em elaboração (para o componente indígena)." Em primeiro exame, contudo, isso não rechaça o conteúdo da nota técnica antes aludida, e juntada no

movimento-221 deste eproc, dada a detalhada análise, lá veiculada, a respeito do estado da arte, quanto ao estudo apresentado pelo empreendedor.

Também convém ter em conta que se facultou manifestação à FUNAI a respeito do aludido pleito, empreendido pela requerida Porto Pontal (intimação de evento 232 e despacho de evento 229).

VII. Deixo expresso, uma vez mais, que o exaurimento dos efeitos da liminar não implica, por si, qualquer aquiescência judicial com os pedidos formulados pela demandada Porto Pontal, no âmbito administrativo. Cabe, todavia, ao IBAMA e demais entidades envolvidas no aludido processo, no âmbito do Poder Executivo, promover as avaliações pertinentes, dado que não é dado ao presente Juízo substituir-se aos órgãos encarregados, por lei, para a apreciação da adequação, oportunidade, conveniência ou suficiência dos estudos de impacto ambientais e conexos. Sem prejuízo de análise subsequente, atentando-se para os limites da causa (art. 141, CPC) e para eventual cognição ex officio dos fatos conexos, havidos no seu curso (art. 493, CPC), é fato que, no momento, impõe-se apenas assegurar o procedimento do licenciamento em questão.

Tanto por isso, uma vez mais, caso sobrevenha informação de que o componente indígena foi, de fato, rechaçado pela FUNAI, ou caso sobrevenham provas ou indícios do comprometimento da homeostase ambiental e dos demais valores pertinentes, detalhados no art. 225, CF/1988, a tutela de urgência poderá ser novamente deferida, conforme lógica do art. 296, CPC.

VIII. INDEFIRO, pois, por ora, o pedido de movimento-289. MANTENHO a deliberação de evento 272, ressalvando eventual nova concessão de liminar ou mesmo reconsideração da decisão em causa, caso sobrevenham elementos que o justifiquem. INTIMEM-SE as partes a respeito desta deliberação. FACULTO manifestação à FUNAI, por fim, a respeito da alegada contradição entre o memorado juntado no evento 289 (outros-2) e a nota técnica juntada no evento 221 (outros-2), devendo informar também qual o atual estágio do referido componente indígena. Prazo de 10 dias úteis, já considerando a dobra de prazo prevista no art. 183, CPC.

INTIME-SE, pois, a FUNAI a respeito desta decisão.

A parte agravante (autor da ação popular) pretende a reforma da decisão, alegando que: **(a)** o juízo considerou exaurida a liminar com base unicamente na afirmação da agravada, principal interessada na liberação do empreendimento, de que havia cumprido as condicionantes apresentadas pela FUNAI; **(b)** a agravada agiu de má-fé e induziu o juízo a erro ao omitir que não foram apresentadas ainda as medidas de mitigação e compensação do componente indígena e ao mentir, afirmando que haveria manifestação conclusiva da FUNAI sobre o componente indígena; **(c)** como o componente indígena não foi analisado na fase de concessão da licença prévia, como seria correto, e está sendo avaliado apenas na fase da licença de instalação, a verificação do cumprimento das obrigações pelo empreendedor deve ser feita com o máximo rigor; **(d)** o início das obras somente pode ser autorizado depois que a FUNAI terminar a análise fundamentada de todos os elementos do componente indígena, sob pena de as

comunidades indígenas serem submetidas a grave risco de lesão irreparável; **(e)** a FUNAI requereu dilação de prazo e reiterou ter interesse em se manifestar sobre a situação atual do processo administrativo no evento 251; **(f)** o parecer elaborado pela área técnica da FUNAI em 23/03/2018 (evento 289, OUT2) menciona que é impossível manifestação daquele órgão sobre o início das obras porque ainda não foram apresentados os elementos necessários para tanto pelo empreendedor; **(g)** a própria FUNAI requereu a manutenção da liminar ao interpor embargos de declaração (evento 308); **(h)** a decisão agravada invadiu a esfera discricionária da FUNAI ao afirmar que as condicionantes teriam sido cumpridas.

Pede o provimento do agravo de instrumento para manter hígida a liminar que suspendeu os efeitos da Licença de Instalação nº 1.059/2015 (emitida pelo IBAMA em favor da agravada Porto Pontal), até que haja análise fundamentada do componente indígena pela FUNAI, *"inclusive, mas sem se limitar, à aprovação final do Plano Básico Ambiental – PBA, na parte que toca ao componente indígena, contemplando-se as medidas de mitigação e compensação deste componente indígena."*

A antecipação da tutela recursal foi indeferida (evento 2).

A parte agravante opôs embargos de declaração (evento 24).

Houve contrarrazões do IBAMA (eventos 15 e 18) e da Porto Pontal Paraná Importação e Exportação S/A (evento 26).

A FUNAI (evento 32) informou não ter interesse em apresentar contrarrazões, pois também entende que a liminar e a suspensão da licença de instalação devem perdurar até que realize a aprovação final do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental - CI-PBA.

Foi oportunizada a manifestação das partes sobre a petição da FUNAI e sobre o documento por ela juntado aos autos (evento 33). O agravante Mário Teixeira (evento 51) reiterou os pedidos de antecipação da tutela recursal e de provimento do agravo de instrumento. A agravada Porto Pontal (evento 52) requereu a manutenção da decisão agravada. Ambos juntaram novos documentos.

O Ministério Público Federal (evento 56) opinou pelo provimento do agravo de instrumento.

A agravada Porto Pontal (eventos 58 e 59) apresentou documentos para comprovar que *"realizou nova contratação de empresa para elaboração do Estudo do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental do Terminal Portuário Pontal do Paraná. Bem como apresentou nova equipe técnica que dará continuidade nos trabalhos juntos a FUNAI"*. Apresentou, também, ofício para demonstrar o regular trâmite dos processos administrativos após a revogação da liminar.

Seguiram-se petições do agravante (eventos 60 e 62) e da agravada Porto Pontal (eventos 61 e 63), juntando documentos e reiterando os pedidos de concessão da antecipação de tutela recursal e de provimento do agravo de instrumento (agravante) e de manutenção da decisão recorrida (agravada).

O processo foi incluído em pauta.

É o relatório.

VOTO

Para julgar este agravo de instrumento, antes de enfrentar o mérito, os julgadores precisam fazer uma opção de método: vão se ater às regras do devido processo e aos limites da jurisdição (conhecendo então o agravo como prevê o CPC e o artigo 108 da Constituição), ou vão enfrentar todas as questões que tiverem sido suscitadas ao longo do recurso, fugindo um pouco (ou talvez muito) da visão tradicional do processo civil.

Creio que como julgadores, não temos escolha: devemos nos ater ao devido processo legal, nos conduzir e julgar de conformidade com as regras do processo civil, que envolvem limitações ao conhecimento e ao julgamento pelo tribunal de segunda instância. É por isso que meu voto se baseia apenas no processo e na lei processual, não avançando sobre questões que não possam ser enfrentadas por este julgador no agravo de instrumento, seja porque não deduzidas no momento oportuno, seja porque versem sobre questões preclusas, seja porque exista até coisa julgada decorrente de ação anteriormente proposta, seja porque inseridas na competência do juízo de primeiro grau, a quem o tribunal não pode substituir, mas apenas controlar.

Fixada essa premissa metodológica do meu voto e da forma como vou examinar as questões devolvidas neste agravo de instrumento, passo ao enfrentamento do mérito do recurso, considerando que estamos discutindo licenciamento ambiental de obra de grande porte (terminal portuário).

Esse tipo de demanda sempre traz dificuldades para seu enfrentamento pelo Poder Judiciário, porque: (a) trata de processo complexo e dinâmico, que nem sempre consegue manter sintonia entre os tempos dos fatos que acontecem no mundo real e o tempo do processo judiciário, que é lento e envolve ampla defesa e contraditório, e está submetido a princípios como o da demanda e da necessária iniciativa das partes para discutir as questões; (b) este recurso é agravo de instrumento, que não devolve ao Tribunal o conhecimento de todas as questões litigiosas nem permite que o segundo grau inove naquilo que as partes estão discutindo em primeiro grau, mas apenas permite que a segunda instância controle os atos jurisdicionais praticados em primeiro grau.

Dito isso, que justifica a limitação da cognição deste Tribunal ao julgar o agravo de instrumento, começo o voto dizendo que se trata na origem de ação popular ajuizada por Mário Teixeira contra Porto Pontal Paraná Importação e Exportação Ltda., IBAMA, FUNAI, IPHAN, IAP, Volney Zanardi Júnior (presidente do IBAMA) e Ricardo Burg Mlynarz (responsável pelo acompanhamento do licenciamento na FUNAI), objetivando: **(1)** a declaração de nulidade de todas as licenças e autorizações concedidas (ou a serem concedidas) à ré Porto Pontal **após a emissão e renovação da Licença Prévia nº 376/2010** (em 11/03/2013), no bojo do processo de licenciamento ambiental nº 02001.007335/2005-97, que tramita no IBAMA, referente ao Terminal Portuário Pontal do Paraná (TPPP), até que sejam cumpridas todas as condicionantes previstas na licença prévia, realizadas todas as atividades previstas no Termo de Referência expedido pela FUNAI e apresentas manifestações conclusivas do IPHAN e do IAP acerca da instalação do empreendimento; **(2)** o cancelamento do processo de licenciamento nº 11.965.503-0, conduzido pelo IAP, relativo ao licenciamento da via de acesso ao terminal (Via Arterial 1), para que seja processado pelo IBAMA; **(3)** sucessivamente, se forem praticados atos lesivos ao meio ambiente, a condenação dos réus ao ressarcimento de todos os danos.

O que precisa ser decidido neste recurso é se deve ser restabelecida a liminar parcialmente deferida no feito originário, tornada sem efeito porque teria se exaurido.

A parte autora-agravante (evento 1 deste recurso), a FUNAI (evento 32) e o Ministério Público Federal (evento 56) consideram que a liminar não estará cumprida enquanto não houver, pelo menos, a análise conclusiva do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (PBA-CI). Já a ré Porto Pontal sustenta que a liminar realmente se exauriu (como entendeu o juízo).

Para solucionar a controvérsia, é preciso examinar, então: (1) o que foi requerido pela parte autora e o que de fato foi deferido pelo juízo a título de liminar; (2) se a decisão realmente foi cumprida.

Passo a examinar essas questões.

Quanto à abrangência da liminar (tópico 1)

O autor pediu, inicialmente, a suspensão de ambos os processos de licenciamento ambiental (do Terminal Portuário Porto Pontal, em tramitação no IBAMA, e da Via Arterial, em tramitação no IAP) e de todas as licenças e autorizações concedidas ou a serem concedidas ao empreendimento TPPP após a renovação da Licença Prévia nº 376/2010, bem como que fosse determinado aos réus que se abstivessem de praticar quaisquer atos com base na licença de instalação já concedida.

O juízo acolheu apenas em parte o pedido (evento 39) *"para suspender os efeitos da licença de instalação nº 1059/2015, outorgada à ré Porto Pontal pelo IBAMA, até que seja solicitada, nos autos do respectivo processo administrativo, a manifestação da FUNAI acerca das comunidades indígenas afetadas pelo empreendimento, observadas as disposições da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e, em caráter subsidiário, as previsões da Portaria Interministerial 60/2015"* (grifei).

Essa decisão foi mantida por esta Corte ao negar provimento aos agravos de instrumento nº 5044859-42.2015.4.04.0000 (interposto pelo autor, pretendendo ampliar os efeitos da liminar) e 5045299-38.2015.4.04.0000 (interposto pela ré Porto Pontal com o objetivo de cassar a liminar). No julgamento desses agravos decidiu-se que não cabia ampliar a liminar nem cassá-la, inclusive porque houve pedido de esclarecimentos ao juízo de origem acerca do alcance da decisão e de revogação da liminar e esses requerimentos ainda não haviam sido apreciados ainda naquela ocasião (eventos 108 e 109 do processo originário).

O IBAMA (evento 64) pediu ao juízo o restabelecimento dos efeitos da LI 1059/2015, alegando que a liminar teria sido satisfeita com o encaminhamento de ofícios à FUNAI, por meio dos quais reconheceu a importância da sua participação no licenciamento, colocou-se à disposição para retificar a licença de instalação e solicitou manifestação daquele órgão acerca dos reflexos do empreendimento sobre as comunidades indígenas situadas no entorno do porto. O autor (eventos 97 e 103) discordou dessa afirmação e alegou que não estaria claro se, de acordo com a liminar, bastaria solicitar informações à FUNAI ou se seria imprescindível expressa manifestação da fundação sobre o empreendimento. A ré Porto Pontal (eventos 99 e 102), por sua vez, requereu a revogação da liminar, sob o argumento de que já teria sido atendida, diante do cumprimento do requisito previsto no artigo 6º da Convenção 169 da OIT, consistente em consulta aos povos nativos. Alternativamente, pediu que fosse alterada a liminar para permitir o prosseguimento do licenciamento quanto a algumas das condicionantes específicas da licença de instalação que não trariam risco para as comunidades indígenas.

Na decisão do evento 110, o juízo explicou que o estudo do componente indígena do EIA-RIMA não pode se traduzir em simples consulta às comunidades indígenas atingidas, **exigindo-se "efetiva análise e deliberação estatal a respeito do EIA-RIMA - a cargo do empreendedor -, no que toca aos efeitos diretos e oblíquos porventura decorrentes da obra, no que toca às comunidades indígenas do seu entorno"**. Assinalou ainda que cabe à FUNAI aferir se o projeto implicará danos à comunidade nativa e, em caso positivo, se eventuais condicionantes ou medidas de compensação serão suficientes para assegurar a proteção dos interesses que estão na sua base. Concluiu que **a licença de instalação deveria permanecer suspensa enquanto não fosse apreciado, de modo fundamentado, o componente indígena de eventual estudo de impacto ambiental** que, naquela ocasião

(09/09/2016), ainda não havia sido encaminhado à FUNAI pela empresa Porto Pontal, ressaltando a possibilidade de que, enquanto isso, fosse dado andamento aos estudos antropológico e arqueológico necessários e a algumas das condicionantes estabelecidas na licença expedida pelo IBAMA.

Transcrevo o seguinte excerto da citada decisão do evento 110, por meio da qual o juízo modulou a decisão inicial, rejeitou a alegação de que a liminar teria sido atendida e, analisando o pedido de esclarecimentos, resolveu que **a licença de instalação deveria permanecer suspensa enquanto o componente indígena do EIA/RIMA estivesse pendente de apreciação** pela FUNAI (grifei):

Ora, nos termos detalhados acima, reputo que a licença de instalação deve permanecer suspensa enquanto a componente indígena do EIA/RIMA estiver pendente de apreciação por parte da FUNAI. Importa dizer: há necessidade de exame expresse e fundamentado, por parte daquela entidade estatal, quanto aos riscos para a comunidade nativa, no que toca ao empreendimento em questão, por maior que seja o seu relevo para o desenvolvimento do Estado do Paraná.

Sem dúvida também que isso não pode implicar uma absoluta paralização das atividades da demandada, sob pena de caracterização de excessos (Übermassverbot), incompatível com o Estado de Direito.

Daí que cabe ao presente Juízo a imposição também de prazos para que aludido exame seja empreendido, com respeito aos ditames legais e regulamentares pertinentes. O fato é que, ao se condicionar a evolução do processo de licenciamento à prévia análise da FUNAI, disso não pode seguir a conclusão de que tal manifestação possa ser protraída indefinidamente no tempo.

Cabe à empresa demandada, todavia, o encargo de apresentar o estudo de impacto, quanto à variável dos impactos antropológicos - componente indígena -, para a análise por parte da FUNAI.

Dito isso tudo, INDEFIRO o pedido de eventos 99 e 102, no que toca à alegação de que a mera consulta à FUNAI e comunidades indígenas já satisfaria o disposto na liminar de evento 39 e na Convenção OIT 169.

DEFIRO, porém, o pleito quanto à realização dos estudos antropológicos, a serem acompanhados pela FUNAI. Obviamente que a realização de tais análises, a cargo da própria empresa demandada, não fica obstada pela liminar; medida necessária para que a avaliação efetiva da Fundação seja promovida.

[...]

III. EM CONCLUSÃO:

3.1. Com as ressalvas que equacionei na fundamentação acima, REPUTO que a licença de instalação impugnada nestes autos deverá permanecer suspensa até que haja efetiva e expressa deliberação da FUNAI quanto ao componente indígena do EIA/RIMA em questão;

3.2. De todo modo, REGISTRO que a empresa Porto Pontal Paraná Importação e Exportação S/A não fica impedida de promover o estudo antropológico, estudo arqueológico e também de atender às condicionantes n. 2.3., 2.4. e 2.6. (detalhadas no evento 102), devendo promover, para tanto, as comunicações às entidades e órgãos estatais pertinentes, na forma da regulamentação própria;

3.3. **DEFIRO, em parte, portanto, o pedido de modulação** lançado no evento 102, **RESSALVANDO eventual nova análise do tema, caso ocorram aos autos sinais de que a suspensão integral da licença de instalação seja imprescindível para a tutela da higidez ambiental e do respeito às comunidades indígenas em questão;**

3.4. RESSALVO também a eventual imposição de prazo para a apreciação dos pedidos de apreciação administrativa, em prol da adequada conjugação dos interesses ambientais e também socioeconômicos que estão na sua base;

A parte autora-agravante opôs, então, embargos de declaração (evento 125), requerendo que fosse esclarecido se a suspensão da licença de instalação pressupunha o cumprimento integral das normas vigentes (especialmente dos dispositivos da Convenção 169 da OIT e da Portaria Interministerial 60/2015), **mas o juízo rejeitou os embargos e manteve integralmente a decisão do evento 110 (evento 152). Contra essa decisão (evento 152), não houve recurso.** A parte embargante limitou-se a questionar novamente os termos em que foi feita a modulação dos efeitos da liminar e a reiterar o pedido de esclarecimento em sua próxima petição, dirigida ao juízo de primeiro grau (evento 169).

No evento 180, o juízo indeferiu o pedido da parte autora e manteve a modulação da liminar nos termos do evento 110, **registrando que o pedido de reconsideração não implicava reabertura de prazos processuais** e, no item 3.2, que *"A licença de instalação DEVERÁ PERMANECER SUSPensa, todavia, até que sobrevenha ordem judicial em sentido contrário, de modo que a questão alusiva ao alcance da liminar - i.e., se seria indispensável a realização de audiências públicas com oitiva dos representantes das nações nativas, aprovação efetiva do componente indígena pela FUNAI etc. - deverá ser apreciada adiante"*.

Na decisão do evento 229, diante da alegação da ré Porto Pontal de que a liminar teria sido cumprida, novamente o juízo explicou em que termos havia realizado a modulação da liminar, **reiterando que a suspensão da licença de instalação fora mantida até que houvesse efetiva e expressa deliberação da FUNAI a respeito do componente indígena do EIA/RIMA**, assim fazendo constar:

2.28. Quanto à modulação da liminar - movimento-110:

Por outro lado, no movimento-110, em 09 de setembro de 2016, MANTIVE a suspensão da licença de instalação, até que houvesse efetiva e expressa deliberação da FUNAI a respeito do componente indígena do aludido EIA/RIMA. Ao mesmo tempo, porém, MODULEI os efeitos da liminar (art. 296, CPC), dado o seu

caráter rebus sic standibus ou secundum eventum litis, autorizando a promoção do aludido estudo antropológico e quanto ao resgate arqueológico. Também determinei a continuidade do processo administrativo, no que tocava à apreciação, pelo IBAMA, das condicionantes de itens 2.3., 2.4. e 2.6.

Aludida deliberação não chegou a ser impugnada, pelas partes, mediante a interposição de agravo de instrumento. O autor ingressou com embargos declaratórios (evento125), rejeitados conforme decisão de evento-152. (grifei)

Portanto, de acordo com o que foi decidido nos eventos 39 e 110 do processo originário (e reafirmado nos eventos 152, 180 e 229), **a liminar se limitou a suspender os efeitos da licença de instalação até a análise conclusiva do componente indígena do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) pela FUNAI.** Como não foi interposto recurso oportunamente, operou-se a preclusão. Essa, pois, é a decisão que agora se tem que resolver se teria se esgotado ou se deveria ser mantida (restabelecida) até algum evento futuro.

Quanto ao cumprimento da liminar (tópico 2)

Definido que a suspensão da licença por determinação judicial perduraria até a análise conclusiva do componente indígena do EIA, é preciso avaliar se realmente essa análise conclusiva já havia sido feita pela FUNAI na época da decisão agravada, ou somente ocorrerá com a apreciação do Plano Básico do Componente Indígena (PBA-CI), que ainda não havia sido elaborado, ou mediante algum outro ato.

Como é sabido, o processo de licenciamento é dinâmico e envolve três fases complementares e sucessivas, cada uma delas com sua finalidade (expedição da licença prévia, da licença de instalação e da licença de operação), suas exigências a serem atendidas, suas especificidades.

Neste caso, a FUNAI está conduzindo o processo de licenciamento de acordo com as regras da Portaria Interministerial nº 60/2015 (evento 32 deste recurso), que *"Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA"*. A aplicabilidade dessa norma ao licenciamento em debate é controvertida - como registrou o juízo de origem ao delimitar as questões de direito no saneamento do processo (evento 180 do processo originário) - e terá que ser resolvida por ocasião da sentença. Entretanto, por ora essa é a legislação que está sendo seguida, até mesmo por força do que foi determinado pelo juízo no evento 39, e, sendo assim, é aos dispositivos dessa portaria que me reportarei no presente voto.

Pois bem. De acordo com a Portaria 60/2015, há uma sequência de atos a serem praticados no decorrer do processo administrativo. Cabe ao empreendedor, no início do licenciamento,

apresentar ao IBAMA a Ficha de Caracterização da Atividade - FCA, informando, se for o caso, que o empreendimento afetará terra indígena (artigos 2º e 3º). O IBAMA solicitará, nesse caso, a manifestação da FUNAI, disponibilizando a FCA em seu sítio eletrônico (art. 5º). A FUNAI confeccionará, a seguir, Termo de Referência Específico (TRE), estabelecendo o que deve constar no Termo de Referência a ser elaborado pelo IBAMA para que possa analisar os impactos das intervenções sobre a comunidade indígena (arts. 2º, 4º e 5º). O IBAMA elaborará depois disso o Termo de Referência (TR) do estudo ambiental a ser exigido do empreendedor, definindo as informações que necessariamente devem ser prestadas e os estudos específicos a serem realizados (EIA ou outros), incluindo também o que foi indicado pela FUNAI no TRE (art. 4). Recebidos os estudos ambientais, o IBAMA solicitará manifestação da FUNAI sobre o EIA/RIMA (art. 6).

O passo seguinte na tramitação do processo de licenciamento é a manifestação da FUNAI, nos termos do artigo 7º da Portaria 60/2015, inserido na Seção III da Portaria 60/2015, que trata "*Da manifestação dos órgãos e entidades envolvidos em relação aos estudos ambientais*". Eis o teor do artigo 7º:

*Art. 7º Os órgãos e entidades envolvidos no licenciamento ambiental deverão apresentar ao IBAMA **manifestação conclusiva sobre o estudo ambiental exigido para o licenciamento, nos prazos de até noventa dias, no caso de EIA/RIMA, e de até trinta dias, nos demais casos, contado da data de recebimento da solicitação, considerando:***

I - no caso da FUNAI, a avaliação dos impactos provocados pela atividade ou pelo empreendimento em terras indígenas e a apreciação da adequação das propostas de medidas de controle e de mitigação decorrentes desses impactos;

[...]

§ 11. A manifestação dos órgãos e entidades deverá ser conclusiva, apontar a existência de eventuais óbices ao prosseguimento do processo de licenciamento e indicar as medidas ou condicionantes consideradas necessárias para superá-los.

§ 12. As condicionantes e medidas indicadas na manifestação dos órgãos e entidades deverão guardar relação direta com os impactos identificados nos estudos apresentados pelo empreendedor, decorrentes da implantação da atividade ou empreendimento, e deverão ser acompanhadas de justificativa técnica.

A manifestação conclusiva da FUNAI que seria exigível por força da liminar me parece que realmente ocorreu neste caso, tal como demonstrado nos documentos anexados ao evento 221 do processo originário, já que o juízo considerou indispensável tão-somente a análise do componente indígena do EIA, que antecede a emissão da licença prévia.

Veja-se que, por meio da Informação Técnica nº 5/2017/CGLIC/DPDS-FUNAI (evento 221, anexo 3), várias vezes referida pelo juízo agravado, a FUNAI analisou o estudo do componente

indígena do Licenciamento Ambiental do Terminal Portuário Pontal do Paraná - TPPP, apresentado pelo empreendedor em dezembro de 2016, em atendimento ao disposto no supratranscrito artigo 7º da Portaria Interministerial nº 60/2015 (evento 221, anexo 3, p. 1/21, do processo originário).

A FUNAI não apenas expediu a mencionada Informação Técnica 5/2017/CGLIC/DPDS-FUNAI, elaborada pela Coordenadora-Geral de Licenciamento Ambiental Maria Janete Albuquerque de Carvalho e submetida a consideração superior (evento 219, anexo 3, do processo originário), como também comunicou oficialmente ao IBAMA que a análise técnica exigida pelo artigo 7º da Portaria Interministerial 60/2017 havia sido realizada, assim como que o empreendedor havia apresentado adequadamente os impactos que poderão ser causados às comunidades indígenas e proposto medidas compensatórias compatíveis com as diretrizes do componente indígena. É o que consta no Ofício nº 282/2017/CGLIC/DPDS-FUNAI, de 20/09/2017, assinado pelo Diretor Rodrigo Paranhos Faleiro e enviado à Diretoria de Licenciamento Ambiental (DiLic) do IBAMA, ao final do qual a autoridade administrativa afirmou ainda que não haveria elementos a impedir a continuidade do processo de licenciamento e especificou as condicionantes relativas ao componente indígena (evento 219, anexo 2, do processo originário):

Senhora Diretora,

1. Cumprimentando-a cordialmente, vimos em razão da necessidade de manifestação da Funai acerca do Processo de Licenciamento do Terminal Portuário Pontal do Paraná - TPPP, no estado do Paraná, com impactos nas comunidades indígenas das TIs Sambaqui e Ilha da Cotonga.

2. Conforme previsto na Portaria Interministerial 060/2015, artigo 7º, esta Fundação deverá se manifestar conclusivamente acerca da avaliação dos impactos provocados pela atividade ou pelo empreendimento em terras indígenas e a apreciação da adequação das propostas de medidas de controle e de mitigação decorrentes desses impactos.

3. Assim, após o cumprimento dos procedimentos previstos na Instrução Normativa nº 02/2015/Funai, informamos que a análise realizada está descrita na Informação Técnica nº 05/2017/CGLIC/DPDS-FUNAI (anexo), contendo as correções, complementações e críticas do Estudo do Componente Indígena.

4. Importante destacar que a análise do componente indígena foi prejudicada pelo "descolamento" do mesmo dos demais elementos que compõem o Licenciamento Ambiental, uma vez que o empreendimento já possui Licença de Instalação, enquanto o componente indígena ainda está na fase de análise de viabilidade.

5. Em relação ao previsto na Portaria 060/2015, informamos que o empreendimento em tela apresentou de maneira adequada os impactos que poderão ocorrer junto às comunidades indígenas

havendo relação de causa-efeito nas medidas de mitigação. As medidas compensatórias também estão de acordo com as diretrizes previstas no acompanhamento do componente indígena.

6. *É necessário que sejam apresentados mais informações sobre a vinculação - feita pelo Ibama- do TPPP com a Faixa de Infraestrutura em Pontal do Paraná, que está sendo licenciado pelo Instituto Ambiental do Paraná- IAP, uma vez que, sem a operação do TPPP depende da viabilidade da Faixa, podendo influenciar a análise dos dois empreendimentos.*

7. *Destacamos ainda a necessidade dos empreendimentos que vem sendo instalados na região e trazendo impactos às comunidades indígenas e cuja execução das medidas de compensação vem apresentando problemas sejam considerados de maneira sinérgica e cumulativa nos licenciamentos realizados por esse Instituto.*

8. Não há, a princípio, e do ponto de vista do componente indígena, elementos que impeçam a continuidade do Processo de Licenciamento Ambiental, devendo ser observadas as seguintes condicionantes relativas ao componente indígena:

a) As correções e complementações solicitadas na Informação nº 05/2017/CGLIC/DPDS-FUNAI, incluindo a complementação da matriz de impacto deverão ser apresentadas em, no máximo, 30 (trinta) dias;

b) Os compromissos assumidos junto às comunidades indígenas, durante as reuniões realizadas, deverão ser registrados como compromissos do empreendedor, devendo conter cronograma e estratégia para seu cumprimento, podendo ser entregue junto com o Plano de Trabalho para detalhamento das medidas de mitigação e compensação;

c) Deverão ser apresentadas as informações sobre a vinculação do TPPP com a Faixa de Infraestrutura em Pontal do Paraná, e quais as alternativas à implementação da Faixa, no prazo de 30 (trinta) dias;

d) Considerando o descolamento do componente indígena e a existência da Licença de Instalação, o empreendedor deve abster-se de iniciar obras na região até que sejam realizados os detalhamentos das medidas de mitigação e compensação, uma vez que os impactos da construção devem ser mitigados, ou que sejam apresentadas medidas para proteger as terras e povos indígenas dos impactos identificados, com ações a serem executadas de acordo com o cronograma de obra.

e) A entrega do Plano de trabalho para detalhamento das medidas de mitigação e compensação não deverá exceder 45 (quarenta e cinco) dias a partir da manifestação da Funai, uma vez que já existe a Licença de Instalação;

f) Que seja apresentado a esta Funai, responsável da empresa pelo componente indígena, de modo a facilitar a interlocução entre os atores do Processo.

9. *Informamos que estamos à disposição para informações complementares que se fizerem necessárias.*

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por Rodrigo Paranhos Faleiro, Diretor(a), em 26/09/2017, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. (grifei)

Sendo assim, considero que, quando foi proferida a decisão agravada, em 09/04/2018 (evento 272 do processo originário), já tinha ocorrido a manifestação conclusiva da FUNAI acerca do componente indígena do EIA e que, diante dos termos restritos da liminar, esta realmente teria sido cumprida por meio da comunicação feita ao IBAMA por meio do expediente acima transcrito (expedido em 26/09/2017), não havendo reparos a fazer à decisão recorrida.

Assinalo, portanto, que a decisão não está embasada apenas em afirmações da agravada, como sustenta o agravante, mas em informações prestadas pela FUNAI (evento 221, anexos 2 e 3) e também em parecer do Ministério Público Federal, que opinou pelo cancelamento da liminar (evento 243) por ter constatado, por meio dos documentos do evento 221, que a FUNAI se manifestou a respeito do impacto que poderia ser causado pelo empreendimento (por meio da informação técnica 5/2017) e concluiu pela inexistência de "*elementos que impeçam a continuidade do processo de licenciamento ambiental, desde que observadas certas condicionantes*".

Diante dos termos da liminar, me parece que, realmente, o cumprimento das condicionantes e das medidas estabelecidas na licença prévia deve ser analisado no âmbito administrativo, como entendeu o juízo, aplicando-se o previsto na Seção IV da Portaria Interministerial 60/2015, segundo a qual o IBAMA solicitará manifestação sobre tais aspectos ao órgão envolvido no licenciamento oportunamente, antes de emitir as licenças de instalação e de operação. É o que se infere dos artigos que compõem a Seções IV da portaria (8º e 9º), que trata "*Da manifestação dos órgãos e entidades quanto ao cumprimento das medidas ou condicionantes*":

*Art. 8º No período que antecede a emissão das licenças de instalação e operação, o IBAMA solicitará, no prazo de até quinze dias consecutivos, contado da data de recebimento do documento pertinente, manifestação dos órgãos e entidades envolvidos **quanto ao cumprimento das medidas ou condicionantes das licenças expedidas anteriormente e quanto aos planos e programas pertinentes à fase do licenciamento em curso.***

§ 1º O prazo para manifestação dos órgãos e entidades envolvidos será de, no máximo, sessenta dias, contado da data de recebimento da solicitação do IBAMA.

§ 2º Os órgãos e entidades poderão exigir uma única vez, mediante decisão motivada, esclarecimentos, detalhamento ou complementação de informações, a serem entregues pelo empreendedor no prazo de trinta dias.

§ 3o A contagem do prazo previsto no § 1o será suspensa durante a elaboração dos esclarecimentos, detalhamento ou complementação de informações a que se refere o § 2o, a partir da data de comunicação ao empreendedor.

§ 4o O IBAMA deve ser comunicado da suspensão de prazo referida no §3o.

Art. 9o Os órgãos e entidades deverão disponibilizar ao IBAMA, na fase pertinente do licenciamento e a partir de demanda da referida autarquia, orientações para a elaboração do PBA, ou de documento similar, e de outros documentos exigíveis ao processo de licenciamento ambiental.

Reitero, assim, que se a FUNAI analisou o componente indígena do EIA e apresentou ao IBAMA as condicionantes a serem observadas no licenciamento, na minha avaliação a liminar se exauriu. Cabe ao IBAMA requerer a manifestação do órgão indigenista e suas orientações para a elaboração do Plano Básico Ambiental (PBA) e sobre o cumprimento das condicionantes e demais exigências antes de dar continuidade ao licenciamento, inclusive para retificar a licença de instalação, medida que, segundo afirmou, se prontifica a realizar administrativamente.

De qualquer modo, mesmo que não haja requerimento de manifestação da FUNAI por parte do IBAMA, incumbe à FUNAI acompanhar a implementação das medidas e condicionantes incluídas nas licenças relacionadas à sua área de competência e informar ao IBAMA eventuais descumprimentos e inconformidades em relação ao estabelecido durante as análises prévias à concessão de cada licença, como determina o artigo 10 da Portaria Interministerial 60/2015.

Destaco que a elaboração do Plano Básico Ambiental (PBA) integra uma etapa subsequente, posterior à análise conclusiva da FUNAI sobre o componente indígena do EIA, como se infere do artigo 9º da Portaria 60/2015, transcrito acima. Isso fica mais claro quando se analisa o teor do Termo de Referência elaborado pela FUNAI para o empreendimento Terminal Portuário Pontal do Paraná (evento 35, anexo 2, p. 3/20). Esse documento evidencia que **o Componente Indígena do licenciamento abrangeria dois processos distintos**, quais sejam: **(a)** a elaboração do Componente Indígena do EIA (EIA-CI), parte integrante dos Estudos Ambientais referentes ao requerimento da Licença Prévia; e **(b)** a elaboração e execução do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (PBA-CI):

Desta forma este documento tem o objetivo de nortear órgão licenciador e o empreendedor quanto aos procedimentos a serem adotados na realização do Componente Indígena do Licenciamento Ambiental da construção e operação do Porto Pontal Paraná Importação e Exportação S.A., que compõe-se principalmente, de dois processos: a) elaboração do Componente Indígena do EIA (EIA-CI), parte integrante dos Estudos Ambientais referentes ao requerimento da Licença Prévia da rodovia (sic), e b) elaboração e execução do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (PBA-CI).

Esse tópico do Termo de Referência elaborado pela FUNAI (TRE) permite compreender a divergência que se estabeleceu entre as partes, demonstrando que autor-agravante, MPF e FUNAI pretendem que se estenda os efeitos da liminar até que a FUNAI analise o Plano Básico Ambiental do componente indígena (PBA-CI), atividade que será desenvolvida numa fase posterior do processo de licenciamento e que não foi abrangida pelo provimento judicial.

A distinção entre os processos/fases do componente indígena (EIA-CI e PBA-CI) e a atuação da FUNAI em cada um desses processos está mais claramente evidenciada no roteiro que a FUNAI apresentou em suas contrarrazões (evento 32, anexo 1, p. 33-34/48, deste agravo):

Etapas do Licenciamento Ambiental

- 1. Identificação do órgão ambiental licenciador (se ele é federal, estadual ou municipal).*
- 2. Emissão, pelo órgão licenciador, do termo de referência para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental — EIA/RIMA. No caso das comunidades indígenas, a FUNAI é o órgão responsável pela emissão do Termo de Referência para a realização dos estudos do componente indígena.*
- 3. Realização do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental EIA/RIMA.*
- 4. Entrega do EIA/RIMA e realização de audiências públicas. As audiências com as comunidades indígenas são realizadas com a participação da FUNAI.*
- 5. Emissão do parecer técnico sobre o EIA/RIMA pelo órgão licenciador e pelos órgãos intervenientes. No caso do estudo do componente indígena, a FUNAI faz a análise e envia o parecer técnico para o órgão licenciador.*
- 6. Emissão da Licença Prévia — LP, com as condicionantes para que o processo de licenciamento ambiental possa ter continuidade.*
- 7. Se existirem impactos do empreendimento sobre a comunidade indígena e sua terra, e elaborado o Plano Básico Ambiental — PBA para as comunidades indígenas, com o detalhamento técnico das ações indicadas pela FUNAI em seu parecer. Esse PBA é elaborado em parceria com as comunidades indígenas.*
- 8. Quando o PBA do componente indígena está pronto, a FUNAI faz nova análise e emite o parecer técnico, que é enviado para o órgão licenciador.*
- 9. Se tudo estiver tecnicamente correto, o órgão licenciador junta o parecer da FUNAI a todos os outros do processo e emite a Licença de Instalação — LI. Assim, a obra está autorizada a começar.*
- 10. Execução do Plano Básico Ambiental — PBA e apresentação de relatórios técnicos ao licenciador e aos órgãos intervenientes. No caso das comunidades indígenas, a FUNAI faz o acompanhamento e*

a análise técnica dos relatórios de execução do programa do componente indígena e envia para o licenciador.

11. Quando a obra está pronta, é solicitada a emissão da Licença de Operação — LO para que o empreendimento possa funcionar. Para conseguir essa licença é preciso comprovar que as condicionantes da LI estão sendo cumpridas.

O roteiro demonstra que a FUNAI emite parecer técnico e o envia ao órgão licenciador (IBAMA, neste caso) em três momentos diferentes no decorrer do processo de licenciamento:

(1) o primeiro, depois da entrega do EIA/RIMA pelo empreendedor e da realização das audiências com as comunidades indígenas, antes da concessão da licença prévia (tópicos 4 a 6);

(2) o segundo, depois que o Plano Básico Ambiental (PBA) foi elaborado e está pronto, previamente à expedição da licença de instalação (tópicos 7 a 9);

(3) o terceiro, depois que o Plano Básico Ambiental (PBA) foi executado e lhe foram apresentados os respectivos relatórios, antes da emissão da licença de operação (tópicos 10 a 11).

Essas etapas constam de forma bem detalhada na Instrução Normativa FUNAI nº 2/2015, que, dentre outros aspectos, discrimina os procedimentos administrativos para as manifestações da FUNAI no âmbito do licenciamento ambiental, a partir da qual se depreende que a análise do componente indígena dos estudos ambientais é feita em uma etapa própria que culmina com a análise conclusiva sobre o EIA/RIMA (Seção II, artigos 8º a 11), enquanto a análise do Plano Básico Ambiental (PBA) ocorre posteriormente (Seção III, artigo 12 e seguintes):

CAPÍTULO II DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA AS MANIFESTAÇÕES DA FUNAI NO ÂMBITO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Seção I Do Termo de Referência Específico

Art. 4º Instada pelo órgão ambiental licenciador a se manifestar, a Funai, por meio da Coordenação Geral de Licenciamento - CGLIC da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável - DPDS deverá instaurar processo administrativo interno para subsidiar sua manifestação.

(...)

Art. 6º Instaurado o processo, a CGLIC deverá consultar as seguintes Coordenações da Diretoria de Proteção Territorial - DPT: I - Coordenação Geral de Geoprocessamento; II - Coordenação Geral de Identificação e Delimitação; e III - Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém-Contatados. § 1º A consulta de que trata o caput tem como objetivo obter informações sobre as situações previstas no art. 2º.

*Art. 7º Após a consulta referida no art. 6º, a CGLIC consolidará **Termo de Referência Específico** contendo as exigências de informações ou de estudos específicos referentes à intervenção da atividade ou empreendimento em terra indígena, a fim de subsidiar a realização dos estudos dos impactos relativos ao componente indígena do licenciamento.*

(...)

Seção II Da manifestação em relação ao componente indígena dos estudos ambientais

Art. 8º Instada pelo órgão ambiental licenciador a se manifestar em relação aos estudos ambientais, a Funai, por meio da CGLIC, analisará, mediante parecer técnico, os estudos do componente indígena a partir da verificação dos seguintes itens:

I - o cumprimento do Termo de Referência Específico;

II - a avaliação da matriz de impactos socioambientais, sob a óptica do componente indígena; e

III - a relação de causa e efeito entre os impactos apontados no estudo e as medidas propostas para a sua mitigação e controle ambiental.

Parágrafo único: A Funai deverá, ainda, considerar documento específico elaborado pelo empreendedor, complementar aos estudos, desde que este seja apresentado ao órgão licenciador competente e, em caso de concordância, encaminhado ou disponibilizado pelo referido órgão à Funai.

Art. 9º O parecer referido no art. 8º será aprovado por despacho do Coordenador-Geral da CGLIC, que poderá recomendar à DPDS, de forma motivada, que os estudos sejam:

I - considerados aptos à apresentação para as comunidades indígenas;

II - esclarecidos, detalhados ou complementados pelo empreendedor;

ou III - considerados inaptos à apresentação para as comunidades indígenas.

§ 1º Os estudos considerados aptos pela DPDS serão apresentados às comunidades indígenas afetadas, em linguagem acessível ou com tradução para línguas maternas, com apoio do empreendedor, sempre que necessário.

§ 2º A apresentação e a oitiva das comunidades indígenas serão realizadas por equipe técnica da CGLIC, antes da elaboração de seu parecer final sobre os estudos.

§ 3º No caso previsto no inciso II, acatada a recomendação constante do despacho da CGLIC, o Diretor da DPDS fará as devidas solicitações por meio de ofício ao empreendedor.

§ 4º O pedido de esclarecimentos, detalhamentos ou complementações referido no inciso II do caput poderá ser feito uma única vez, mediante decisão motivada, e deverá ser entregue pelo e m p r e e n d e d o r.

§ 5º A contagem do prazo previsto no art. 7º da Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015, será suspensa durante a elaboração do pedido de esclarecimentos, detalhamentos ou complementações.

§ 6º O órgão ambiental licenciador deverá ser comunicado da suspensão de prazo referida no § 5º.

Art. 10. Após a apresentação e oitiva das comunidades indígenas, a CGLIC emitirá o parecer técnico final, podendo recomendar à DPDS que os estudos sejam:

I - aprovados;

II - aprovados, com ressalvas;

ou III - reprovados.

Art. 11. A Funai emitirá, por meio de ofício do Diretor da DPDS, sua manifestação conclusiva, podendo:

I - recomendar o prosseguimento do processo de licenciamento, sob a óptica do componente indígena;

ou II - apontar a existência de eventuais óbices ao prosseguimento do processo de licenciamento, sob a óptica do componente indígena, indicando, sempre que possível, as medidas ou condicionantes consideradas necessárias para superá-los.

Parágrafo único. A manifestação conclusiva será encaminhada no prazo de até noventa dias no caso de EIA/RIMA e de até trinta dias nos demais casos, a contar da data de recebimento da solicitação do órgão ambiental licenciador.

Seção III Da manifestação em relação aos planos, programas, projetos e medidas de controle previstas no Projeto Básico Ambiental ou documento equivalente

Art. 12. Instada a se manifestar pelo órgão ambiental licenciador no período que antecede a emissão da licença de instalação, a Funai, por meio da CGLIC, analisará, mediante parecer técnico, os programas previstos no Projeto Básico Ambiental - PBA ou documento equivalente definidor do conjunto de planos, programas, projetos e medidas de controle ambiental, a partir da verificação dos seguintes itens:

I - adequação e pertinência do conteúdo do documento;

II - relação de causa e efeito entre os impactos apontados no estudo e as medidas propostas;

e III - sustentabilidade socioambiental das medidas propostas.

Parágrafo único. A Funai deverá ainda considerar documento específico elaborado pelo empreendedor, complementar aos estudos, desde que este seja apresentado ao órgão licenciador competente e, em caso de concordância, encaminhado ou disponibilizado pelo referido órgão à Funai.

Art. 13. A análise referida no art. 12 será aprovada por despacho do Coordenador-Geral da CGLIC, que poderá recomendar à DPDS, de forma motivada, que o PBA ou outro documento definidor do conjunto de planos, programas, projetos e medidas de controle ambiental analisado seja:

I - considerado apto à apresentação para as comunidades indígenas;

II - esclarecido, detalhado ou complementado pelo empreendedor;

ou III - considerado inapto à apresentação para as comunidades indígenas.

§ 1º O PBA ou documento equivalente considerado apto pela DPDS será apresentado às comunidades indígenas afetadas, em linguagem acessível ou com tradução para línguas maternas, com apoio do empreendedor, sempre que necessário.

§ 2º A apresentação e a oitiva das comunidades indígenas serão realizadas por equipe técnica da CGLIC, antes da elaboração de seu parecer técnico final sobre o instrumento, no prazo de quinze dias.

§ 3º No caso previsto no inciso II, acatada a recomendação constante do despacho da CGLIC, o Diretor da DPDS fará as devidas solicitações por meio de ofício ao empreendedor.

(...)

Art. 14. Após a apresentação e oitiva das comunidades indígenas, a CGLIC emitirá o parecer técnico final, podendo recomendar à DPDS que o PBA ou outro documento definidor do conjunto de planos, programas, projetos e medidas de controle ambiental analisado seja:

I - aprovado;

II - aprovado, indicando a execução de outras medidas mitigadoras, compensatórias, programas ou condicionantes considerados necessários;

ou III - reprovado.

§ 1º A Funai, por meio de ofício do Diretor da DPDS, emitirá manifestação conclusiva sobre o conjunto de planos, programas, projetos e medidas de controle ambiental, podendo:

I - recomendar o prosseguimento do processo de licenciamento, sob a ótica do componente indígena;

ou II - apontar a existência de eventuais óbices ao prosseguimento do processo de licenciamento, sob a ótica do componente indígena, indicando, sempre que possível, as medidas ou condicionantes consideradas necessárias para superá-los.

(...)

Portanto, as manifestações conclusivas da FUNAI sobre os estudos (EIA) e sobre o PBA são distintas e ocorrem, ordinariamente, em momentos diferentes do procedimento de licenciamento ambiental, a primeira antes da emissão da licença prévia e a segunda, antes da concessão da licença de instalação.

Como na situação em exame já foi expedida a licença de instalação, autor-agravante, FUNAI e MPF objetivam restabelecer a liminar e manter suspensa a licença de instalação ao menos até que a FUNAI realize a segunda dessas manifestações, após a elaboração do PBA, para impedir que antes disso ocorra o início das obras (o que, a princípio, seria a decorrência natural do prosseguimento do processo de licenciamento). Essa pretensão, em tese, parece que seria justa, considerando que, se a licença de instalação já foi expedida (e há bastante tempo, em 2015), seria indispensável que todas as etapas que devem anteceder a sua expedição houvessem sido concluídas (tópicos 1 a 8) adequadamente. Isso, contudo, ainda não havia ocorrido quando foi proferida a decisão agravada, tanto é que o empreendedor informou neste agravo de instrumento, bem depois, que estava realizando diligências preliminares, como a contratação de empresa para elaboração do PBA e indicação de equipe técnica para acompanhar o processo (segundo processo do componente indígena) junto à FUNAI e às comunidades indígenas (evento 58).

Porém, é preciso se ater ao pedido formulado na primeira instância e neste agravo de instrumento, que foi interposto pelo autor Mário Teixeira, requerendo apenas o restabelecimento da liminar que, como foi assinalado, já se esgotou. Se o autor, a FUNAI e o Ministério Público Federal consideram que a proteção outorgada pelo juízo às comunidades indígenas por meio da liminar foi insuficiente, poderiam ter impugnado a decisão que suspendeu os efeitos da licença de instalação apenas até a análise do componente indígena do EIA (evento 110) pelas vias processuais adequadas, pedindo que fosse concedida tutela mais ampla (até a análise de todos os requisitos indispensáveis à expedição da licença de instalação, por exemplo). Porém, isso não foi feito. Logo, se não houve recurso adequado e tempestivo, não cabe, agora, neste estágio do processo, discutir o acerto da liminar (eventos 110 e 152) e pretender ampliá-la.

Saliento que os únicos agravos de instrumento interpostos contra decisões proferidas no feito originário antes do presente recurso são aqueles mencionados anteriormente (5044859-42.2015.4.04.0000 e 5045299-38.2015.4.04.0000), que atacaram apenas a decisão do evento 39. Realmente, as decisões dos eventos 110 e 152 não foram objeto de agravo, apesar de ter se registrado no julgamento conjunto dos agravos pretéritos que esta Corte poderia vir a analisar novamente a necessidade de cassar ou de ampliar a liminar ao controlar a decisão que viesse a ser proferida pelo juízo ao apreciar os requerimentos que já haviam sido feitos pelas partes no feito originário naquela ocasião, de revogar a liminar por ter sido atendida e de esclarecer o seu alcance.

Resumindo, como não houve recurso oportuna e tempestivamente, a antecipação de tutela é aquela que foi deferida pela decisão do evento 39, cujos efeitos foram modulados no evento 110 (de confirmados no evento 152), para suspender os efeitos da licença de instalação apenas até a análise do componente indígena do EIA/RIMA pela FUNAI. Como essa análise já foi feita (evento 221, anexos 2 e 3, do processo originário), a liminar se esgotou e está correta a decisão agravada. Se alguma das partes e o Ministério Público Federal, atuando como fiscal da lei, pretendem obter provimento jurisdicional mais abrangente, devem formular novo pedido de tutela antecipada, ou requerer o que for do seu interesse em ação própria, se for o caso. Não há como determinar a suspensão do processo de licenciamento ou da licença de instalação até momento ulterior neste recurso, tendo em vista que o agravante requereu apenas que seja mantida hígida a liminar outrora concedida (que já se esgotou, como já foi dito), e não que seja deferida nova tutela de urgência. Ainda que houvesse sido deduzido pedido nesse sentido, parece que seria inviável acolhê-lo nesta instância, considerando que, salvo engano, não foi veiculado pedido semelhante no primeiro grau de jurisdição. A necessidade e o cabimento de uma tutela de urgência diferente daquela que já se exauriu, que implicasse nova suspensão da Licença de Instalação 1059/2015 ou do processo administrativo até a conclusão de outras fases ou etapas do licenciamento, deve ser analisada previamente pelo juiz natural, segundo os requisitos do artigo 300 do CPC, e, só então, se houver indeferimento do pedido ou omissão injustificada, é que caberá a este Tribunal se pronunciar a respeito, sob pena de haver indevida supressão de instância.

Como já assinalei no voto condutor do julgamento do Agravo de Instrumento nº 5045299-38.2015.4.04.0000 (interposto contra a decisão do evento 39 do processo originário), a este Tribunal cabe apenas controlar a decisão agravada, examinando a regularidade e higidez do pronunciamento judicial impugnado. E esse controle deve ser exercido levando em conta os limites do pedido formulado pela parte agravante. Pedidos diversos devem ser submetidos ao juiz natural, o qual, neste caso, ressaltou em várias oportunidades que poderia vir a analisar novamente a necessidade de suspender integralmente a licença de instalação se demonstrada a imprescindibilidade dessa medida para assegurar a proteção ambiental e o respeito às comunidades indígenas.

Por fim, rejeito as demais alegações da parte agravante, assinalando que: **(a)** se, eventualmente, a ré Porto Pontal faltou com a verdade ou omitiu informações perante o juízo de origem (o que não parece ser o caso), o pedido de aplicação das sanções por litigância de má-fé deve ser formulado ao juiz natural e por ele decidido, sendo inviável que esta Corte conheça desse pedido se a questão não foi objeto da decisão agravada; **(b)** seria desnecessário conceder prazo à FUNAI para manifestação sobre a situação atual do processo administrativo, como requerido no evento 251, pois as informações existentes nos anexos do evento 221 permitiam ao juízo decidir acerca do cumprimento ou não da liminar, como foi constatado neste voto; **(c)** é irrelevante para o julgamento deste agravo que a FUNAI tenha afirmado

(evento 289, anexo 1) que não tem como se manifestar sobre o início das obras por não dispor ainda do Plano Básico Ambiental (PBA-CI), já que o que está em análise é se foi ou não concluída uma etapa anterior do licenciamento, fixada pelo juízo como o marco até o qual subsistiria a ordem de suspensão da licença de instalação, a saber, a análise conclusiva do componente indígena do EIA (CI-EIA); **(d)** não vislumbro a suscitada invasão das atribuições da FUNAI, pois o juízo não afirmou que as condicionantes teriam sido cumpridas, mas apenas que, aparentemente, o empreendedor teria apresentado documentos com o objetivo de atender às exigências da FUNAI, ressaltando que a avaliação do que fora apresentado deveria ser feita administrativamente, pelos órgãos envolvidos no licenciamento.

Ante o exposto, **voto por negar provimento ao agravo de instrumento e por julgar prejudicados os embargos de declaração.**

Documento eletrônico assinado por **CÂNDIDO ALFREDO S. LEAL JR., Desembargador Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **40001041178v343** e do código CRC **40e5a654**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): CÂNDIDO ALFREDO S. LEAL JR.
Data e Hora: 5/6/2019, às 17:48:49

5017701-07.2018.4.04.0000

40001041178.V343



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5017701-07.2018.4.04.0000/PR

RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR

AGRAVANTE: MARIO TEIXEIRA

ADVOGADO: JAMES BILL DANTAS

ADVOGADO: CELIO LUCAS MILANO

ADVOGADO: FABIANE TESSARI LIMA DA SILVA

ADVOGADO: AMIR JOSE FINOCCHIARO SARTI

ADVOGADO: SAULO SARTI

ADVOGADO: LIA SARTI

ADVOGADO: LUDMILLA GUIMARÃES ROCHA

ADVOGADO: CAUÊ MARTINS SIMON

AGRAVADO: RICARDO BURG MLYNARZ

AGRAVADO: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN

AGRAVADO: INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ - IAP

AGRAVADO: VOLNEY ZANARDI JUNIOR

AGRAVADO: PORTO PONTAL PARANA IMPORTACAO E EXPORTACAO S.A.

ADVOGADO: PEREGRINO DIAS ROSA NETO

ADVOGADO: FERNANDA MACIEL GARCEZ

ADVOGADO: GERALD KOPPE JUNIOR

AGRAVADO: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

AGRAVADO: FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

AMICUS CURIAE: SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUC AMBIENTAL

ADVOGADO: HUGO CREMONEZ SIRENA

RELATÓRIO

Este **agravo de instrumento** ataca decisão proferida pelo juiz federal Flávio Antônio da Cruz, que **tornou sem efeito liminar** deferida em ação popular por reputá-la exaurida, concluindo que o processo de licenciamento ambiental do Terminal Portuário Pontal do Paraná poderia ter continuidade junto aos órgãos competentes.

Esse é o teor da decisão agravada, na parte que aqui interessa (evento 272 do processo originário; grifei):

I. Reporto-me, por brevidade, ao detalhado relatório que elaborei no movimento 256. Na ocasião, registrei que, com apreciação não exaustiva dos elementos de convicção vertidos nos autos, tudo

indicava que o provimento de urgência deferido no curso do feito havia se esgotado, dada a realização do estudo antropológico pela demandante.

*Ao mesmo tempo, todavia, **facultei à demandante a comprovação de ter promovido as alterações requisitadas pela FUNAI ao emitir a nota técnica jungida no movimento-221, como transcrevo abaixo:***

"a) As correções e complementações solicitadas na Informação nº 05/2017 - CGLIC-DPDS-FUNAI, incluindo a complementação da matriz de impacto deverão ser apresentadas em, no máximo, 30 (trinta) dias;

b) Os compromissos assumidos junto às comunidades indígenas, durante as reuniões realizadas, deverão ser registrados como compromissos do empreendedor, devendo conter cronograma e estratégia para seu cumprimento, podendo ser entregue junto com o Plano de Trabalho para detalhamento das medidas de mitigação e compensação;

c) Deverão ser apresentadas as informações sobre a vinculação do TPPP com a Faixa de Infraestrutura em Pontal do Paraná, e quais as alternativas à implementação da Faixa, no prazo de 30 (trinta) dias;

*d) **Considerando o descolamento do componente indígena e a existência da Licença de Instalação, o empreendedor deve abster-se de iniciar obras na região até que sejam realizados os detalhamentos das medidas de mitigação e compensação,** uma vez que os impactos da construção devem ser mitigados, ou que sejam apresentadas medidas para proteger as terras e povos indígenas dos impactos identificados, com ações a serem executadas de acordo com o cronograma de obra.*

*e) A entrega do Plano de trabalho para detalhamento das medidas de mitigação e compensação não deverá exceder 45 (quarenta e cinco) dias a partir da manifestação da Funai, **uma vez que já existe a Licença de Instalação;***

f) Que seja apresentado a esta Funai, responsável da empresa pelo componente indígena, de modo a facilitar a interlocução entre os atores do Processo."

No movimento-270, a autora sustentou ter cumprido aludidas condições, reportando-se à Carta n. 18/2017, postulando prorrogação, por 15 dias, do prazo de manifestação para apresentar correções e complementações solicitadas. Ela teria apresentado, ademais, em 09 de novembro de 2017 a Carta n. 17/2017, com as respostas solicitadas por meio da Informação Técnica n. 05/2017, bem como o Estudo do Componente Indígena, devidamente revisado e aprovado, nos termos do item 168 da IT 05/2017, de modo que o requisito 'a' teria sido cumprido.

Quanto à condição de item 'b', ela teria protocolado, em 27 de novembro de 2017, a Carta n. 23, de 2017, com lista de compromissos assumidos, acompanhado de cronograma e descrição da estratégia para cumprimento. Em 01 de dezembro de 2017, a Porto Pontal teria protocolado a carta n. 01/2017, contendo o plano de trabalho projeto básico ambiental do componente indígena, reiterando as obrigações pactuadas junto às nações nativas locais.

*Ela também sustentou ter cumprido o requisito de item 'c', nos termos da manifestação de movimento-221. Ademais, **não haveria efeitos imediatos, decorrentes do exaurimento da liminar, no que tocaria à realização das obras, eis que ainda haveria questões pendentes de análise pelo IBAMA**, a despeito dos requerimentos por ela protocolados, junto à autarquia ambiental, em 07 de julho/15. Por conseguinte, as condições versadas no item 'd' também teriam sido atendidas.*

O plano de trabalho do componente indígena teria sido protocolado em 29 de novembro de 2017, cumprindo-se o requisito de item 'e'. Por fim, a imposição de item 'f' também teria sido atendida, no que tocaria à interlocução entre distintos atores do processo ambiental em questão. A demandada juntou documentos e os autos vieram conclusos.

DECIDO

*II. Como registrei no movimento 256, **foi deferida liminar (evento 39), em 21 de outubro de 2015, pelo r. Juízo da Subseção de Paranaguá, determinando a suspensão dos efeitos da licença de instalação n. 1059/2015, expedida em favor da demandada Porto Pontal, até que fosse solicitada a manifestação da FUNAI a respeito da eventual afetação das comunidades indígenas, no entorno do aludido empreendimento, conforme exigido pela Convenção 169, da OIT. A decisão judicial foi mantida pelo eg. TRF4, ao apreciar os recursos interpostos pelos contendores.***

Por outro lado, no movimento-110, modulei os efeitos daquela deliberação judicial, facultando à empresa demandada a elaboração do estudo antropológico em causa, mantendo a suspensão do processo administrativo de licenciamento até que a FUNAI pudesse se manifestar a respeito do aludido pleito. Ademais, também modulei os efeitos da decisão liminar, franqueando à requerida a deflagração imediata dos procedimentos para atender às condicionantes n. 2.3., 2.4. e 2.6. (detalhadas no movimento 102 dos autos). No movimento 219, ela comprovou ter submetido o aludido estudo antropológico à apreciação da FUNAI, entidade que o aprovou com pontuais ressalvas.

Desse modo, registrei (evento 256) que - ao que sinalizavam os autos - a liminar havia sido exaurida, pelo aparente atingimento do seu telos. Determinei que a empresa comprovasse, contudo, a realização das alterações no projeto, indicadas pela FUNAI, o que a demandada sustentou ter cumprido, conforme petição de evento 270, juntada aos autos em 06 de abril corrente.

Para tanto, a empresa Porto Pontal anexou aos autos cópia da Carta n. 018/2017, em que requereu à FUNAI a prorrogação de prazo, por 15 dias, para apresentação dos estudos aludidos no ofício n. 284/2017 CGLIC. Ela juntou, ademais, cópia de estudo/relatório, detalhando a alegada satisfação das referidas condicionantes (evento 270, outros-4). Na ocasião, a requerida alegou que "Os compromissos assumidos durante as reuniões realizadas com as comunidades indígenas serão registrados como compromissos do empreendedor e no PBA-I serão apresentados os detalhamentos quanto ao cronograma e estratégia para seu cumprimento." (evento-270, outros-4, p. 5).

A demandada detalhou informações a respeito da vinculação do TPP com a faixa de infraestrutura, em Pontal do Paraná, e respectivas alternativas à implementação da Faixa (item 'c'), ao tempo em que apresentou cronograma de evolução das obras, com a indicação das fases pertinentes. Por fim, a empresa indicou os interlocutores, com dados de contatos, para facilitar a comunicação entre as partes envolvidas no processo administrativo, dentre outros elementos de convicção.

III. Percebe-se, assim, que o presente caso não cuida de hipótese de monopólio da primeira palavra - conforme conhecida expressão de Canotilho (CANOTILHO, J.J. Gomes. Direito Constitucional e teoria da Constituição. 7. ed. Coimbra: Almedina. 2003. p. 669) -, ao contrário do que ocorre com representações estatais pela expedição de mandados de busca e apreensão ou pelo monitoramento de diálogos telefônicos alheios (art. 5º, XI e XII, CF), por exemplo.

Trata-se, ao contrário, de projeção da jurisdição inibitória e repressiva, enquanto monopólio judicial da última palavra (art. 5º, XXXV, CF), cabendo ao Poder Judiciário conferir a validade dos atos administrativos e das condutas particulares promovidas, no âmbito do processo administrativo de licenciamento ambiental. Isso significa, por óbvio, que não é dado ao presente Juízo substituir-se à Fundação Indigenista, no que toca ao exame da conveniência, oportunidade e suficiência das alterações havidas no estudo do componente antropológico, sob pena de afronta à Separação de Poderes.

Tanto por isso, a análise aqui promovida não impede que, de modo motivado, a FUNAI reputa, no âmbito administrativo, que as alterações não foram empreendidas a contento, a despeito do detalhamento empreendido pela requerida, no evento 270. Tampouco há empecos que, oportunamente, a análise que venha a ser promovida pela FUNAI seja também alvo de subsequente apreciação judicial, desde que sejam respeitados os limites da causa (teoria da substanciação) e o postulado dispositivo (art. 141 c/ art. 493, CPC). No presente momento, impõe-se tão somente aferir se há motivos para a subsistência da liminar deferida no movimento-39 e modulada no evento-110.

IV. TUDO EQUACIONADO, reputo que, de fato, a liminar já se exauriu, cumprindo os fins a que estava destinada. A empresa Porto Pontal Importação e Exportação elaborou o estudo antropológico (componente indígena) - reclamado na peça inicial -, e o submeteu à apreciação da FUNAI. Aparentemente, as condições impostas pela Fundação Indígena foram atendidas pela requerida, conforme elementos de convicção vertidos no movimento 270.

Tanto por isso, o processo de licenciamento ambiental poderá ter seguimento, com impulsão por parte do IBAMA e da FUNAI, mediante a apreciação das questões pendentes de deliberação. Concordo, portanto, com a avaliação promovida pela Procuradoria da República (parecer de movimento 243), quando sustenta que não há empecos para a continuidade do processo administrativo em questão, o que não significa vaticinar pleitos porventura formulados pela demandada Porto Pontal, perante o Poder Executivo.

Enfim, caberá ao Poder Executivo promover a pertinente fiscalização administrativa do preenchimento dos requisitos legamente previstos para a obtenção de licenças ambientais, com

destaque para as atribuições, acometidas à FUNAI, quanto à apreciação da suficiência dos elementos porventura já apresentados, por parte da requerida, para atendimento das condicionantes veiculadas na Informação Técnica n. 5/2017 CGLIC DPDS FUNAI.

Diante da urgência noticiada pela demandada, considerando também que a presente análise não impede que os requisitos pertinentes sejam alvo do rigoroso controle, cargo do IBAMA e da FUNAI, torno sem efeitos, A PARTIR DESTA DATA, a medida liminar, deferida no curso desse processo.

V. EM CONCLUSÃO, reputo exaurida a liminar deferida no curso deste processo, de modo que o processo administrativo em questão poderá ter continuidade perante os órgãos ambientais pertinentes. A medida liminar já atingiu os efeitos a que se destinava, de modo que não se justifica que o processo administrativo permaneça suspenso.

Ressalvo, uma vez mais, que caberá à FUNAI apreciar, de modo motivado, a suficiência/adequação das alterações promovidas pela requerida Porto Pontal no estudo do componente indígena (documentos de evento 270). Caso repute que as alterações foram promovidas de modo inconsistente, isso deverá ser oportunamente informado ao presente Juízo, para apreciação. INTIMEM-SE os contendores e o MPF a respeito da presente decisão e também dos documentos jungidos no evento 270.

VI. Quanto ao mais, CUMPRA a Secretaria as decisões de itens 3.5. do despacho de movimento 256. Atribua-se URGÊNCIA.

Essa decisão foi objeto de embargos declaratórios (evento 287), os quais foram rejeitados pelo juízo (evento 290) nos seguintes termos (grifei):

I. No movimento-272, em data de 09 de abril corrente, reparei EXAURIDA a liminar deferida no curso do feito, ressaltando eventual retomada dos seus efeitos, na hipótese de a FUNAI reputar que as condicionantes por ela fixadas não teriam sido atendidas.

No evento 285, a entidade SPVS - INSTITUTO DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUCAÇÃO AMBIENTAL postulou a sua admissão na causa enquanto amicus curiae.

Por seu turno, o autor ingressou com embargos declaratórios, insurgindo-se contra a decisão de movimento-229. O embargante alegou, grosso modo, que teria havido desconconsideração do art. 505, CPC, na medida em que o Juízo teria indeferido a perícia, conquanto o único tema em debate fosse - segundo alegou - o tema pertinente ao seu custeio. Por outro lado, teria havido violação ao art. 465, caput e §1º, CPC, bem como a desconconsideração do disposto no art. 464, §1º, CPC, dada a reparação do tema pertinente à perícia. O Juízo teria simplesmente suposto que o perito se recusaria a trabalhar sem prévia contraprestação, não havendo óbices para a sua remuneração apenas ao final do processo, com trânsito em julgado da sentença. Ademais, também teria sido revogada a liminar, sem prévia manifestação da FUNAI.

D'outro tanto, no movimento 289, o autor sustentou que a FUNAI teria emitido parecer, datado de 23 de março de 2018, sustentando que "considerando que serão apresentadas medidas de mitigação e

compensação para o componente indígena, do ponto de vista técnico desta FUNAI, não há possibilidade de manifestação sobre início das obras, uma vez que o produto técnico que permite tal manifestação é o PBA - ainda em elaboração (para o componente indígena)."

O autor sustentou que a FUNAI não teria concordado com a liberação da instalação do empreendimento; não teria se pronunciado sobre o atendimento do aludido componente indígena pelo empreendedor. A decisão deveria ser revogada pelo Juízo, por conta disso. A requerida teria induzido o juízo em erro, ao afirmar te cumprido as condicionantes impostas pela Fundação Indigenista. Ela reportou-se também à decisão proferida pelo presente juízo nos autos n. 5009591-38.2018.404.7000.

Os autos vieram conclusos.

DECIDO

II. Em 22 de março de 2018, INDEFERI o pedido de realização de diligência pericial formulado pelos autores, conforme detalhada fundamentação de movimento-256. O autor foi intimado a respeito, conforme movimento 257, e ingressou, na data de 10 de abril com os embargos declaratórios de movimento 287.

INTIMEM-SE, pois, os requeridos para, querendo, se manifestarem a respeito dos mencionados embargos declaratórios (ev. 287), no prazo COMUM de 10 (dez) dias úteis, quanto às entidades de direito público (art. 183, CPC) e prazo de 05 (cinco) dias úteis, quanto aos demais demandados (art. 1.023, §2º c/ art. 219, CPC). Juntadas as autos as manifestações das partes, ou decorrendo in albis o prazo para tanto fixado, INTIME-SE também o MPF para, querendo, manifestar-se a respeito, no prazo de 10 dias úteis (art. 180, CPC).

III. Na mesma oportunidade, querendo, os requeridos e o MPF poderão se manifestar a respeito da eventual admissão da SPVS - INSTITUTO DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUCAÇÃO AMBIENTAL como amicus curiae no presente feito, para os fins do art. 138, CPC/15.

INTIME-SE também o autor desta ação popular para que, querendo, manifeste-se a respeito do aludido pleito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

IV. No movimento 289, o autor sustentou que a liminar não deveria ter sido reputada exaurida, ao contrário do que decidi no evento 272 deste eproc. Quanto ao tema, reporto-me, por brevidade, ao exame que promovi nos despachos de eventos 229 e 256, repisando que, na nota técnica n. 05/2017, a FUNAI manifestou aquiescência com o estudo do componente indígena, elaborado pela empresa Porto Pontal, ao tempo em que impôs algumas condicionantes:

163. Uma das grandes preocupações que vem sendo reforçada ao longo dos Processos dos empreendimentos da região, é a possibilidade de restrição de áreas de uso, de mobilidade e da possibilidade de confinamento das comunidades indígenas, num processo de "ilhamento" das terras indígenas, cercadas por empreendimentos e ocupações que podem colocar em risco tanto as terras quanto os próprios povos indígenas.

164. Ainda que sejam apresentados uma série de ações governamentais que já vem sendo tomadas nos níveis municipais e estaduais, deve ser considerado que atualmente há uma série de movimentos contrários aos direitos indígenas, podendo ser colocado em risco direitos já considerados consolidados, como a reconhecimento das terras indígenas como direito primordial aos povos indígenas.

165. Especificamente sobre o Processo de Licenciamento e os estudos aqui analisados, destacamos que a participação dos diretores do TPPP nas reuniões de apresentação deve ser considerada como positiva, uma vez que estabelece um vínculo mais próximo e pelos diretores deterem capacidade institucional para responder aos questionamentos feitos pelas comunidades.

166. Embora não tenha sido enfático na conclusão sobre a viabilidade do empreendimento -do ponto de vista do componente indígena- até porque a questão já foi prejudicada pelo Licenciamento como o mesmo está sendo conduzido -com o componente indígena deslocado, **não verificou-se, na análise questões que possam ser consideradas "intransponíveis". Há sim, a necessidade de adequações de alguns trechos do Estudo, em especial a matriz de impacto** que deveria ser um produto consolidado dos impactos previstos a partir de metodologia específica com aqueles identificados a partir da metodologia indígena.

167. Também é necessário que os impactos sejam reinterpretados após a aplicação das propostas de mitigação/compensação e há necessidade de esclarecimento de alguns pontos, já citados ao longo da informação.

168. Assim, conforme previsto no artigo 10 da Instrução Normativa nº 02/2015, e após a análise dos estudos, da manifestação indígenas e dos documentos contidos nos autos do Processos, **RECOMENDAMOS à DPDS que o ESTUDO POSSA SER CONSIDERADO APROVADO, com as ressalvas de serem feitas as modificações necessárias descritas ao longo da informação**, sendo necessário também que os compromissos assumidos pelo empreendedor durante as reuniões- ainda que não estejam vinculados diretamente ao Processo de Licenciamento Ambiental sejam considerados como obrigações a serem devidamente cumpridas ao longo do processo, devendo ser apresentado, de forma análoga ao PBA, o planejamento para tais ações.

169. As correções deverão ser entregues em até 30 dias após a emissão de manifestação da Funai ao Ibama, uma vez que **essas correções são necessárias para a continuidade do Processo- especialmente em relação à fase de detalhamento das ações.**

170. Destaca-se também que as ações aqui propostas também se vinculam ao Processo da Faixa de Infraestrutura, uma vez que os dois empreendimentos estão interligados. É necessário que seja esclarecido como essa dependência será operada no que concerne o componente indígena - uma vez que os programas de mitigação e compensação foram

pensados integrados? E se o licenciamento da Faixa de Infraestrutura não tiver continuidade? ou do próprio TPPP? Como um processo influencia no outro- nos termos dos compromissos assumidos?

171. São perguntas que devem ser respondidas de maneira objetiva possibilitando assim, a continuidade do processo de maneira transparente e com os compromissos bem estabelecidos."

(movimento-221, outros-3)

"a) As correções e complementações solicitadas na Informação nº 05/2017/CGLIC/DPDS-FUNAI, incluindo a complementação da matriz de impacto deverão ser apresentadas em, no máximo, 30 (trinta) dias;

b) Os compromissos assumidos junto às comunidades indígenas, durante as reuniões realizadas, deverão ser registrados como compromissos do empreendedor, devendo conter cronograma e estratégia para seu cumprimento, podendo ser entregue junto com o Plano de Trabalho para detalhamento das medidas de mitigação e compensação;

c) Deverão ser apresentadas as informações sobre a vinculação do TPPP com a Faixa de Infraestrutura em Pontal do Paraná, e quais as alternativas à implementação da Faixa, no prazo de 30 (trinta) dias;

d) Considerando o descolamento do componente indígena e a existência da Licença de Instalação, o empreendedor deve abster-se de iniciar obras na região até que sejam realizados os detalhamentos das medidas de mitigação e compensação, uma vez que os impactos da construção devem ser mitigados, ou que sejam apresentadas medidas para proteger as terras e povos indígenas dos impactos identificados, com ações a serem executadas de acordo com o cronograma de obra.

e) A entrega do Plano de trabalho para detalhamento das medidas de mitigação e compensação não deverá exceder 45 (quarenta e cinco) dias a partir da manifestação da Funai, uma vez que já existe a Licença de Instalação;

f) Que seja apresentado a esta Funai, responsável da empresa pelo componente indígena, de modo a facilitar a interlocução entre os atores do Processo."

Por conseguinte, conquanto a FUNAI tenha imposto condicionantes, ela reputou que, com pontuais ressalvas, o projeto mereceria ser aprovado. No movimento 270, a empresa Porto Pontal juntou cópia dos documentos que disse ter apresentado à Fundação Nacional do Índio.

V. No movimento-272, em data de 09 de abril corrente, reputei exaurida a liminar, eis que o estudo teria sido submetido à apreciação da entidade competente, de modo que o processo administrativo deveria ser impulsionado pelo Poder Executivo, atentando-se para os requisitos legalmente previstos para tanto. Ao mesmo tempo, ressalvei que poderia determinar nova suspensão do

referido licenciamento, na hipótese de ocorrerem aos autos sinais de comprometimento do ambiente ou dos direitos das comunidades nativas, habitantes do entorno da obra sob debate nesse processo.

O autor sustentou que a deliberação teria incorrido em error in iudicando e error in procedendo, dado que a FUNAI não teria concordado com a liberação da instalação do empreendimento, tampouco tendo se pronunciado efetivamente sobre o atendimento das condicionantes, quanto ao componente indígena. Ele se reportou a um memorando da área técnica da FUNAI, datado de 23 de março de 2018 (evento 289, outros2), subscrito por MARIA JANETE ALBUQUERQUE (Memorando 34/2018/CGLIC/DPDS/FUNAI):

"1. Em atenção à Cota n. 00183/2018/COAF/PFE/PFE-FUNAI/PGF/AGU, informamos que, em relação ao Licenciamento Ambiental do Terminal Portuário Pontal do Paraná (TPPP), o processo, nesta Fundação encontra-se em fase de análise de plano de trabalho para detalhamento de Projeto Básico Ambiental- PBA.

2. Destaca-se que o Processo de Licenciamento, conduzido pelo Ibama, não considerou adequadamente o componente indígena para a emissão das Licenças Prévia e de Instalação, fato esse que fez com que o componente indígena esteja "deslocado" no tempo do licenciamento. Explico: os estudos de impacto para atestar (ou não) a viabilidade de um dado empreendimento são obrigatórios para a emissão da Licença Prévia, entretanto, no caso do TPPP, os estudos e a LP foram emitidos sem a existência das questões indígenas. Da mesma forma, a Licença de Instalação, só pode ser considerada após a análise do Projeto Básico Ambiental - PBA, que, no caso em tele também foi feito e emitida a LI sem a existência do componente indígena.

3. Assim, atualmente, ainda que o componente indígena esteja sendo realizado, o mesmo está "descolado" e deslocado do procedimento ordinário. É mister lembrar que o componente indígena é parte dos estudos que devem ser feitos, e não estudos à parte.

4. Assim, e considerando que ainda serão apresentadas as medidas de mitigação e compensação para o componente indígena, do ponto de vista técnico desta Funai não há possibilidade de manifestação sobre início das obras, uma vez que o produto técnico que permite tal manifestação é o PBA- ainda em elaboração (para o componente indígena).

5. Devemos destacar, entretanto, que a decisão de emissão ou não licenças é de responsabilidade do licenciador, no caso o Ibama, e não desta Funai que deve atuar como equipe supletiva à do licenciador, avaliando os possíveis impactos relativos ao componente indígena.

6. Em relação aos dados solicitados pelo MPE- PR não localizamos o que teria sido solicitado. Informamos ainda que o Processo de acompanhamento do licenciamento nesta Funai está à disposição para o acompanhamento externo pelo MPE, devendo apenas ser informada a pessoa que deverá ser autorizada para acessar o processo."

Repiso, todavia, que, no movimento-221, outros-3, encontra-se nota técnica da FUNAI, também subscrita por MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO, em 26 de setembro de 2017, reputando que, com as ressalvas acima equacionadas, o estudo do componente indígena deveria ser aprovado, fazendo tal recomendação à DPDS - Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável, daquela Fundação.

Ademais, como deixei bem vincado na deliberação de evento 272, a decisão judicial, reputando exaurida a liminar deferida no curso desse feito, não impede que a FUNAI reprove o projeto, hipótese que, sendo comunicada ao juízo, ensejará nova suspensão do processo administrativo em questão. Por sinal, semelhante foi a conclusão do MPF, no parecer de movimento 243 deste eproc:

"Conforme acima relatado, a decisão liminar estabeleceu que os efeitos da licença de instalação n. 1059/2015 ficariam suspensos até que fosse solicitada, nos autos do respectivo processo administrativo, a manifestação da FUNAI acerca das comunidades indígenas afetadas pelo empreendimento. Acontece que, na última petição da PORTO PONTAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S/A (evento 221), foi trazida nestes autos de ação popular a notícia de que a FUNAI, por meio da informação técnica n. 05/2017, finalmente se manifestara a respeito do impacto que poderia ser causado pela construção do Terminal Portuário Pontal do Paraná em terras indígenas. E a conclusão dessa autarquia federal é no sentido de que não há, do ponto de vista do componente indígena, elementos que impeçam a continuidade do processo de licenciamento ambiental, desde que observadas certas condicionantes indicadas na referida informação técnica. Com efeito, NÃO MAIS SE VISLUMBRAM MOTIVOS para a manutenção da liminar, o que não exonera a Porto Pontal Importação e Exportação SA - importante frisar - do cumprimento das condicionantes elencadas pela FUNAI."

A tanto convergiu, ademais, a manifestação do IBAMA (evento 248).

VI. Os contendores foram intimados a respeito do pedido, formulado pela requerida Porto Pontal, de cancelamento dos efeitos da referida liminar, conforme despacho de movimento 229 e eventos 230 e ss., sendo também importante ter em conta o caráter secundum eventum litis e rebus sic standibus dos provimentos de urgência. A decisão impugnada (evento 272) é mera projeção das premissas suficientemente detalhadas nas deliberações de eventos 229 e 256 do presente eproc.

No memorando n. 34/2018, apresentado pelo autor, a FUNAI sustentou que "atualmente, ainda que o componente indígena esteja sendo realizado, o mesmo está descolado e deslocado do procedimento ordinário. É mister lembrar que o componente indígena é parte dos estudos que devem ser feitos, e não estudo à parte. Assim, e considerando que ainda serão apresentadas as medidas de mitigação e compensação para o componente indígena, do ponto de vista técnico desta Funai não há possibilidade de manifestação sobre início das obras, uma vez que o produto técnico que permite tal manifestação é o PBA - ainda em elaboração (para o componente indígena)." Em primeiro exame, contudo, isso não rechaça o conteúdo da nota técnica antes aludida, e juntada no

movimento-221 deste eproc, dada a detalhada análise, lá veiculada, a respeito do estado da arte, quanto ao estudo apresentado pelo empreendedor.

Também convém ter em conta que se facultou manifestação à FUNAI a respeito do aludido pleito, empreendido pela requerida Porto Pontal (intimação de evento 232 e despacho de evento 229).

VII. Deixo expresso, uma vez mais, que o exaurimento dos efeitos da liminar não implica, por si, qualquer aquiescência judicial com os pedidos formulados pela demandada Porto Pontal, no âmbito administrativo. Cabe, todavia, ao IBAMA e demais entidades envolvidas no aludido processo, no âmbito do Poder Executivo, promover as avaliações pertinentes, dado que não é dado ao presente Juízo substituir-se aos órgãos encarregados, por lei, para a apreciação da adequação, oportunidade, conveniência ou suficiência dos estudos de impacto ambientais e conexos. Sem prejuízo de análise subsequente, atentando-se para os limites da causa (art. 141, CPC) e para eventual cognição ex officio dos fatos conexos, havidos no seu curso (art. 493, CPC), é fato que, no momento, impõe-se apenas assegurar o procedimento do licenciamento em questão.

Tanto por isso, uma vez mais, caso sobrevenha informação de que o componente indígena foi, de fato, rechaçado pela FUNAI, ou caso sobrevenham provas ou indícios do comprometimento da homeostase ambiental e dos demais valores pertinentes, detalhados no art. 225, CF/1988, a tutela de urgência poderá ser novamente deferida, conforme lógica do art. 296, CPC.

VIII. INDEFIRO, pois, por ora, o pedido de movimento-289. MANTENHO a deliberação de evento 272, ressalvando eventual nova concessão de liminar ou mesmo reconsideração da decisão em causa, caso sobrevenham elementos que o justifiquem. INTIMEM-SE as partes a respeito desta deliberação. FACULTO manifestação à FUNAI, por fim, a respeito da alegada contradição entre o memorado juntado no evento 289 (outros-2) e a nota técnica juntada no evento 221 (outros-2), devendo informar também qual o atual estágio do referido componente indígena. Prazo de 10 dias úteis, já considerando a dobra de prazo prevista no art. 183, CPC.

INTIME-SE, pois, a FUNAI a respeito desta decisão.

A parte agravante (autor da ação popular) pretende a reforma da decisão, alegando que: **(a)** o juízo considerou exaurida a liminar com base unicamente na afirmação da agravada, principal interessada na liberação do empreendimento, de que havia cumprido as condicionantes apresentadas pela FUNAI; **(b)** a agravada agiu de má-fé e induziu o juízo a erro ao omitir que não foram apresentadas ainda as medidas de mitigação e compensação do componente indígena e ao mentir, afirmando que haveria manifestação conclusiva da FUNAI sobre o componente indígena; **(c)** como o componente indígena não foi analisado na fase de concessão da licença prévia, como seria correto, e está sendo avaliado apenas na fase da licença de instalação, a verificação do cumprimento das obrigações pelo empreendedor deve ser feita com o máximo rigor; **(d)** o início das obras somente pode ser autorizado depois que a FUNAI terminar a análise fundamentada de todos os elementos do componente indígena, sob pena de as

comunidades indígenas serem submetidas a grave risco de lesão irreparável; **(e)** a FUNAI requereu dilação de prazo e reiterou ter interesse em se manifestar sobre a situação atual do processo administrativo no evento 251; **(f)** o parecer elaborado pela área técnica da FUNAI em 23/03/2018 (evento 289, OUT2) menciona que é impossível manifestação daquele órgão sobre o início das obras porque ainda não foram apresentados os elementos necessários para tanto pelo empreendedor; **(g)** a própria FUNAI requereu a manutenção da liminar ao interpor embargos de declaração (evento 308); **(h)** a decisão agravada invadiu a esfera discricionária da FUNAI ao afirmar que as condicionantes teriam sido cumpridas.

Pede o provimento do agravo de instrumento para manter hígida a liminar que suspendeu os efeitos da Licença de Instalação nº 1.059/2015 (emitida pelo IBAMA em favor da agravada Porto Pontal), até que haja análise fundamentada do componente indígena pela FUNAI, *"inclusive, mas sem se limitar, à aprovação final do Plano Básico Ambiental – PBA, na parte que toca ao componente indígena, contemplando-se as medidas de mitigação e compensação deste componente indígena."*

A antecipação da tutela recursal foi indeferida (evento 2).

A parte agravante opôs embargos de declaração (evento 24).

Houve contrarrazões do IBAMA (eventos 15 e 18) e da Porto Pontal Paraná Importação e Exportação S/A (evento 26).

A FUNAI (evento 32) informou não ter interesse em apresentar contrarrazões, pois também entende que a liminar e a suspensão da licença de instalação devem perdurar até que realize a aprovação final do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental - CI-PBA.

Foi oportunizada a manifestação das partes sobre a petição da FUNAI e sobre o documento por ela juntado aos autos (evento 33). O agravante Mário Teixeira (evento 51) reiterou os pedidos de antecipação da tutela recursal e de provimento do agravo de instrumento. A agravada Porto Pontal (evento 52) requereu a manutenção da decisão agravada. Ambos juntaram novos documentos.

O Ministério Público Federal (evento 56) opinou pelo provimento do agravo de instrumento.

A agravada Porto Pontal (eventos 58 e 59) apresentou documentos para comprovar que *"realizou nova contratação de empresa para elaboração do Estudo do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental do Terminal Portuário Pontal do Paraná. Bem como apresentou nova equipe técnica que dará continuidade nos trabalhos juntos a FUNAI"*. Apresentou, também, ofício para demonstrar o regular trâmite dos processos administrativos após a revogação da liminar.

Seguiram-se petições do agravante (eventos 60 e 62) e da agravada Porto Pontal (eventos 61 e 63), juntando documentos e reiterando os pedidos de concessão da antecipação de tutela recursal e de provimento do agravo de instrumento (agravante) e de manutenção da decisão recorrida (agravada).

O processo foi incluído em pauta.

É o relatório.

VOTO

Para julgar este agravo de instrumento, antes de enfrentar o mérito, os julgadores precisam fazer uma opção de método: vão se ater às regras do devido processo e aos limites da jurisdição (conhecendo então o agravo como prevê o CPC e o artigo 108 da Constituição), ou vão enfrentar todas as questões que tiverem sido suscitadas ao longo do recurso, fugindo um pouco (ou talvez muito) da visão tradicional do processo civil.

Creio que como julgadores, não temos escolha: devemos nos ater ao devido processo legal, nos conduzir e julgar de conformidade com as regras do processo civil, que envolvem limitações ao conhecimento e ao julgamento pelo tribunal de segunda instância. É por isso que meu voto se baseia apenas no processo e na lei processual, não avançando sobre questões que não possam ser enfrentadas por este julgador no agravo de instrumento, seja porque não deduzidas no momento oportuno, seja porque versem sobre questões preclusas, seja porque exista até coisa julgada decorrente de ação anteriormente proposta, seja porque inseridas na competência do juízo de primeiro grau, a quem o tribunal não pode substituir, mas apenas controlar.

Fixada essa premissa metodológica do meu voto e da forma como vou examinar as questões devolvidas neste agravo de instrumento, passo ao enfrentamento do mérito do recurso, considerando que estamos discutindo licenciamento ambiental de obra de grande porte (terminal portuário).

Esse tipo de demanda sempre traz dificuldades para seu enfrentamento pelo Poder Judiciário, porque: (a) trata de processo complexo e dinâmico, que nem sempre consegue manter sintonia entre os tempos dos fatos que acontecem no mundo real e o tempo do processo judiciário, que é lento e envolve ampla defesa e contraditório, e está submetido a princípios como o da demanda e da necessária iniciativa das partes para discutir as questões; (b) este recurso é agravo de instrumento, que não devolve ao Tribunal o conhecimento de todas as questões litigiosas nem permite que o segundo grau inove naquilo que as partes estão discutindo em primeiro grau, mas apenas permite que a segunda instância controle os atos jurisdicionais praticados em primeiro grau.

Dito isso, que justifica a limitação da cognição deste Tribunal ao julgar o agravo de instrumento, começo o voto dizendo que se trata na origem de ação popular ajuizada por Mário Teixeira contra Porto Pontal Paraná Importação e Exportação Ltda., IBAMA, FUNAI, IPHAN, IAP, Volney Zanardi Júnior (presidente do IBAMA) e Ricardo Burg Mlynarz (responsável pelo acompanhamento do licenciamento na FUNAI), objetivando: **(1)** a declaração de nulidade de todas as licenças e autorizações concedidas (ou a serem concedidas) à ré Porto Pontal **após a emissão e renovação da Licença Prévia nº 376/2010** (em 11/03/2013), no bojo do processo de licenciamento ambiental nº 02001.007335/2005-97, que tramita no IBAMA, referente ao Terminal Portuário Pontal do Paraná (TPPP), até que sejam cumpridas todas as condicionantes previstas na licença prévia, realizadas todas as atividades previstas no Termo de Referência expedido pela FUNAI e apresentas manifestações conclusivas do IPHAN e do IAP acerca da instalação do empreendimento; **(2)** o cancelamento do processo de licenciamento nº 11.965.503-0, conduzido pelo IAP, relativo ao licenciamento da via de acesso ao terminal (Via Arterial 1), para que seja processado pelo IBAMA; **(3)** sucessivamente, se forem praticados atos lesivos ao meio ambiente, a condenação dos réus ao ressarcimento de todos os danos.

O que precisa ser decidido neste recurso é se deve ser restabelecida a liminar parcialmente deferida no feito originário, tornada sem efeito porque teria se exaurido.

A parte autora-agravante (evento 1 deste recurso), a FUNAI (evento 32) e o Ministério Público Federal (evento 56) consideram que a liminar não estará cumprida enquanto não houver, pelo menos, a análise conclusiva do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (PBA-CI). Já a ré Porto Pontal sustenta que a liminar realmente se exauriu (como entendeu o juízo).

Para solucionar a controvérsia, é preciso examinar, então: (1) o que foi requerido pela parte autora e o que de fato foi deferido pelo juízo a título de liminar; (2) se a decisão realmente foi cumprida.

Passo a examinar essas questões.

Quanto à abrangência da liminar (tópico 1)

O autor pediu, inicialmente, a suspensão de ambos os processos de licenciamento ambiental (do Terminal Portuário Porto Pontal, em tramitação no IBAMA, e da Via Arterial, em tramitação no IAP) e de todas as licenças e autorizações concedidas ou a serem concedidas ao empreendimento TPPP após a renovação da Licença Prévia nº 376/2010, bem como que fosse determinado aos réus que se abstivessem de praticar quaisquer atos com base na licença de instalação já concedida.

O juízo acolheu apenas em parte o pedido (evento 39) *"para suspender os efeitos da licença de instalação nº 1059/2015, outorgada à ré Porto Pontal pelo IBAMA, até que seja solicitada, nos autos do respectivo processo administrativo, a manifestação da FUNAI acerca das comunidades indígenas afetadas pelo empreendimento, observadas as disposições da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e, em caráter subsidiário, as previsões da Portaria Interministerial 60/2015"* (grifei).

Essa decisão foi mantida por esta Corte ao negar provimento aos agravos de instrumento nº 5044859-42.2015.4.04.0000 (interposto pelo autor, pretendendo ampliar os efeitos da liminar) e 5045299-38.2015.4.04.0000 (interposto pela ré Porto Pontal com o objetivo de cassar a liminar). No julgamento desses agravos decidiu-se que não cabia ampliar a liminar nem cassá-la, inclusive porque houve pedido de esclarecimentos ao juízo de origem acerca do alcance da decisão e de revogação da liminar e esses requerimentos ainda não haviam sido apreciados ainda naquela ocasião (eventos 108 e 109 do processo originário).

O IBAMA (evento 64) pediu ao juízo o restabelecimento dos efeitos da LI 1059/2015, alegando que a liminar teria sido satisfeita com o encaminhamento de ofícios à FUNAI, por meio dos quais reconheceu a importância da sua participação no licenciamento, colocou-se à disposição para retificar a licença de instalação e solicitou manifestação daquele órgão acerca dos reflexos do empreendimento sobre as comunidades indígenas situadas no entorno do porto. O autor (eventos 97 e 103) discordou dessa afirmação e alegou que não estaria claro se, de acordo com a liminar, bastaria solicitar informações à FUNAI ou se seria imprescindível expressa manifestação da fundação sobre o empreendimento. A ré Porto Pontal (eventos 99 e 102), por sua vez, requereu a revogação da liminar, sob o argumento de que já teria sido atendida, diante do cumprimento do requisito previsto no artigo 6º da Convenção 169 da OIT, consistente em consulta aos povos nativos. Alternativamente, pediu que fosse alterada a liminar para permitir o prosseguimento do licenciamento quanto a algumas das condicionantes específicas da licença de instalação que não trariam risco para as comunidades indígenas.

Na decisão do evento 110, o juízo explicou que o estudo do componente indígena do EIA-RIMA não pode se traduzir em simples consulta às comunidades indígenas atingidas, **exigindo-se "efetiva análise e deliberação estatal a respeito do EIA-RIMA - a cargo do empreendedor -, no que toca aos efeitos diretos e oblíquos porventura decorrentes da obra, no que toca às comunidades indígenas do seu entorno"**. Assinalou ainda que cabe à FUNAI aferir se o projeto implicará danos à comunidade nativa e, em caso positivo, se eventuais condicionantes ou medidas de compensação serão suficientes para assegurar a proteção dos interesses que estão na sua base. Concluiu que **a licença de instalação deveria permanecer suspensa enquanto não fosse apreciado, de modo fundamentado, o componente indígena de eventual estudo de impacto ambiental** que, naquela ocasião

(09/09/2016), ainda não havia sido encaminhado à FUNAI pela empresa Porto Pontal, ressaltando a possibilidade de que, enquanto isso, fosse dado andamento aos estudos antropológico e arqueológico necessários e a algumas das condicionantes estabelecidas na licença expedida pelo IBAMA.

Transcrevo o seguinte excerto da citada decisão do evento 110, por meio da qual o juízo modulou a decisão inicial, rejeitou a alegação de que a liminar teria sido atendida e, analisando o pedido de esclarecimentos, resolveu que **a licença de instalação deveria permanecer suspensa enquanto o componente indígena do EIA/RIMA estivesse pendente de apreciação** pela FUNAI (grifei):

Ora, nos termos detalhados acima, reputo que a licença de instalação deve permanecer suspensa enquanto a componente indígena do EIA/RIMA estiver pendente de apreciação por parte da FUNAI. Importa dizer: há necessidade de exame expresse e fundamentado, por parte daquela entidade estatal, quanto aos riscos para a comunidade nativa, no que toca ao empreendimento em questão, por maior que seja o seu relevo para o desenvolvimento do Estado do Paraná.

Sem dúvida também que isso não pode implicar uma absoluta paralização das atividades da demandada, sob pena de caracterização de excessos (Übermassverbot), incompatível com o Estado de Direito.

Daí que cabe ao presente Juízo a imposição também de prazos para que aludido exame seja empreendido, com respeito aos ditames legais e regulamentares pertinentes. O fato é que, ao se condicionar a evolução do processo de licenciamento à prévia análise da FUNAI, disso não pode seguir a conclusão de que tal manifestação possa ser protraída indefinidamente no tempo.

Cabe à empresa demandada, todavia, o encargo de apresentar o estudo de impacto, quanto à variável dos impactos antropológicos - componente indígena -, para a análise por parte da FUNAI.

Dito isso tudo, INDEFIRO o pedido de eventos 99 e 102, no que toca à alegação de que a mera consulta à FUNAI e comunidades indígenas já satisfaria o disposto na liminar de evento 39 e na Convenção OIT 169.

DEFIRO, porém, o pleito quanto à realização dos estudos antropológicos, a serem acompanhados pela FUNAI. Obviamente que a realização de tais análises, a cargo da própria empresa demandada, não fica obstada pela liminar; medida necessária para que a avaliação efetiva da Fundação seja promovida.

[...]

III. EM CONCLUSÃO:

3.1. Com as ressalvas que equacionei na fundamentação acima, REPUTO que a licença de instalação impugnada nestes autos deverá permanecer suspensa até que haja efetiva e expressa deliberação da FUNAI quanto ao componente indígena do EIA/RIMA em questão;

3.2. De todo modo, REGISTRO que a empresa Porto Pontal Paraná Importação e Exportação S/A não fica impedida de promover o estudo antropológico, estudo arqueológico e também de atender às condicionantes n. 2.3., 2.4. e 2.6. (detalhadas no evento 102), devendo promover, para tanto, as comunicações às entidades e órgãos estatais pertinentes, na forma da regulamentação própria;

3.3. **DEFIRO, em parte, portanto, o pedido de modulação** lançado no evento 102, **RESSALVANDO eventual nova análise do tema, caso ocorram aos autos sinais de que a suspensão integral da licença de instalação seja imprescindível para a tutela da higidez ambiental e do respeito às comunidades indígenas em questão;**

3.4. RESSALVO também a eventual imposição de prazo para a apreciação dos pedidos de apreciação administrativa, em prol da adequada conjugação dos interesses ambientais e também socioeconômicos que estão na sua base;

A parte autora-agravante opôs, então, embargos de declaração (evento 125), requerendo que fosse esclarecido se a suspensão da licença de instalação pressupunha o cumprimento integral das normas vigentes (especialmente dos dispositivos da Convenção 169 da OIT e da Portaria Interministerial 60/2015), **mas o juízo rejeitou os embargos e manteve integralmente a decisão do evento 110 (evento 152). Contra essa decisão (evento 152), não houve recurso.** A parte embargante limitou-se a questionar novamente os termos em que foi feita a modulação dos efeitos da liminar e a reiterar o pedido de esclarecimento em sua próxima petição, dirigida ao juízo de primeiro grau (evento 169).

No evento 180, o juízo indeferiu o pedido da parte autora e manteve a modulação da liminar nos termos do evento 110, **registrando que o pedido de reconsideração não implicava reabertura de prazos processuais** e, no item 3.2, que *"A licença de instalação DEVERÁ PERMANECER SUSPensa, todavia, até que sobrevenha ordem judicial em sentido contrário, de modo que a questão alusiva ao alcance da liminar - i.e., se seria indispensável a realização de audiências públicas com oitiva dos representantes das nações nativas, aprovação efetiva do componente indígena pela FUNAI etc. - deverá ser apreciada adiante"*.

Na decisão do evento 229, diante da alegação da ré Porto Pontal de que a liminar teria sido cumprida, novamente o juízo explicou em que termos havia realizado a modulação da liminar, **reiterando que a suspensão da licença de instalação fora mantida até que houvesse efetiva e expressa deliberação da FUNAI a respeito do componente indígena do EIA/RIMA**, assim fazendo constar:

2.28. Quanto à modulação da liminar - movimento-110:

Por outro lado, no movimento-110, em 09 de setembro de 2016, MANTIVE a suspensão da licença de instalação, até que houvesse efetiva e expressa deliberação da FUNAI a respeito do componente indígena do aludido EIA/RIMA. Ao mesmo tempo, porém, MODULEI os efeitos da liminar (art. 296, CPC), dado o seu

caráter rebus sic standibus ou secundum eventum litis, autorizando a promoção do aludido estudo antropológico e quanto ao resgate arqueológico. Também determinei a continuidade do processo administrativo, no que tocava à apreciação, pelo IBAMA, das condicionantes de itens 2.3., 2.4. e 2.6.

Aludida deliberação não chegou a ser impugnada, pelas partes, mediante a interposição de agravo de instrumento. O autor ingressou com embargos declaratórios (evento125), rejeitados conforme decisão de evento-152. (grifei)

Portanto, de acordo com o que foi decidido nos eventos 39 e 110 do processo originário (e reafirmado nos eventos 152, 180 e 229), **a liminar se limitou a suspender os efeitos da licença de instalação até a análise conclusiva do componente indígena do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) pela FUNAI.** Como não foi interposto recurso oportunamente, operou-se a preclusão. Essa, pois, é a decisão que agora se tem que resolver se teria se esgotado ou se deveria ser mantida (restabelecida) até algum evento futuro.

Quanto ao cumprimento da liminar (tópico 2)

Definido que a suspensão da licença por determinação judicial perduraria até a análise conclusiva do componente indígena do EIA, é preciso avaliar se realmente essa análise conclusiva já havia sido feita pela FUNAI na época da decisão agravada, ou somente ocorrerá com a apreciação do Plano Básico do Componente Indígena (PBA-CI), que ainda não havia sido elaborado, ou mediante algum outro ato.

Como é sabido, o processo de licenciamento é dinâmico e envolve três fases complementares e sucessivas, cada uma delas com sua finalidade (expedição da licença prévia, da licença de instalação e da licença de operação), suas exigências a serem atendidas, suas especificidades.

Neste caso, a FUNAI está conduzindo o processo de licenciamento de acordo com as regras da Portaria Interministerial nº 60/2015 (evento 32 deste recurso), que *"Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA"*. A aplicabilidade dessa norma ao licenciamento em debate é controvertida - como registrou o juízo de origem ao delimitar as questões de direito no saneamento do processo (evento 180 do processo originário) - e terá que ser resolvida por ocasião da sentença. Entretanto, por ora essa é a legislação que está sendo seguida, até mesmo por força do que foi determinado pelo juízo no evento 39, e, sendo assim, é aos dispositivos dessa portaria que me reportarei no presente voto.

Pois bem. De acordo com a Portaria 60/2015, há uma sequência de atos a serem praticados no decorrer do processo administrativo. Cabe ao empreendedor, no início do licenciamento,

apresentar ao IBAMA a Ficha de Caracterização da Atividade - FCA, informando, se for o caso, que o empreendimento afetará terra indígena (artigos 2º e 3º). O IBAMA solicitará, nesse caso, a manifestação da FUNAI, disponibilizando a FCA em seu sítio eletrônico (art. 5º). A FUNAI confeccionará, a seguir, Termo de Referência Específico (TRE), estabelecendo o que deve constar no Termo de Referência a ser elaborado pelo IBAMA para que possa analisar os impactos das intervenções sobre a comunidade indígena (arts. 2º, 4º e 5º). O IBAMA elaborará depois disso o Termo de Referência (TR) do estudo ambiental a ser exigido do empreendedor, definindo as informações que necessariamente devem ser prestadas e os estudos específicos a serem realizados (EIA ou outros), incluindo também o que foi indicado pela FUNAI no TRE (art. 4). Recebidos os estudos ambientais, o IBAMA solicitará manifestação da FUNAI sobre o EIA/RIMA (art. 6).

O passo seguinte na tramitação do processo de licenciamento é a manifestação da FUNAI, nos termos do artigo 7º da Portaria 60/2015, inserido na Seção III da Portaria 60/2015, que trata "*Da manifestação dos órgãos e entidades envolvidos em relação aos estudos ambientais*". Eis o teor do artigo 7º:

*Art. 7º Os órgãos e entidades envolvidos no licenciamento ambiental deverão apresentar ao IBAMA **manifestação conclusiva sobre o estudo ambiental exigido para o licenciamento, nos prazos de até noventa dias, no caso de EIA/RIMA, e de até trinta dias, nos demais casos, contado da data de recebimento da solicitação, considerando:***

I - no caso da FUNAI, a avaliação dos impactos provocados pela atividade ou pelo empreendimento em terras indígenas e a apreciação da adequação das propostas de medidas de controle e de mitigação decorrentes desses impactos;

[...]

*§ 11. A **manifestação dos órgãos e entidades deverá ser conclusiva, apontar a existência de eventuais óbices ao prosseguimento do processo de licenciamento e indicar as medidas ou condicionantes consideradas necessárias para superá-los.***

§ 12. As condicionantes e medidas indicadas na manifestação dos órgãos e entidades deverão guardar relação direta com os impactos identificados nos estudos apresentados pelo empreendedor, decorrentes da implantação da atividade ou empreendimento, e deverão ser acompanhadas de justificativa técnica.

A manifestação conclusiva da FUNAI que seria exigível por força da liminar me parece que realmente ocorreu neste caso, tal como demonstrado nos documentos anexados ao evento 221 do processo originário, já que o juízo considerou indispensável tão-somente a análise do componente indígena do EIA, que antecede a emissão da licença prévia.

Veja-se que, por meio da Informação Técnica nº 5/2017/CGLIC/DPDS-FUNAI (evento 221, anexo 3), várias vezes referida pelo juízo agravado, a FUNAI analisou o estudo do componente

indígena do Licenciamento Ambiental do Terminal Portuário Pontal do Paraná - TPPP, apresentado pelo empreendedor em dezembro de 2016, em atendimento ao disposto no supratranscrito artigo 7º da Portaria Interministerial nº 60/2015 (evento 221, anexo 3, p. 1/21, do processo originário).

A FUNAI não apenas expediu a mencionada Informação Técnica 5/2017/CGLIC/DPDS-FUNAI, elaborada pela Coordenadora-Geral de Licenciamento Ambiental Maria Janete Albuquerque de Carvalho e submetida a consideração superior (evento 219, anexo 3, do processo originário), como também comunicou oficialmente ao IBAMA que a análise técnica exigida pelo artigo 7º da Portaria Interministerial 60/2017 havia sido realizada, assim como que o empreendedor havia apresentado adequadamente os impactos que poderão ser causados às comunidades indígenas e proposto medidas compensatórias compatíveis com as diretrizes do componente indígena. É o que consta no Ofício nº 282/2017/CGLIC/DPDS-FUNAI, de 20/09/2017, assinado pelo Diretor Rodrigo Paranhos Faleiro e enviado à Diretoria de Licenciamento Ambiental (DiLic) do IBAMA, ao final do qual a autoridade administrativa afirmou ainda que não haveria elementos a impedir a continuidade do processo de licenciamento e especificou as condicionantes relativas ao componente indígena (evento 219, anexo 2, do processo originário):

Senhora Diretora,

1. Cumprimentando-a cordialmente, vimos em razão da necessidade de manifestação da Funai acerca do Processo de Licenciamento do Terminal Portuário Pontal do Paraná - TPPP, no estado do Paraná, com impactos nas comunidades indígenas das TIs Sambaqui e Ilha da Cotonga.

2. Conforme previsto na Portaria Interministerial 060/2015, artigo 7º, esta Fundação deverá se manifestar conclusivamente acerca da avaliação dos impactos provocados pela atividade ou pelo empreendimento em terras indígenas e a apreciação da adequação das propostas de medidas de controle e de mitigação decorrentes desses impactos.

3. Assim, após o cumprimento dos procedimentos previstos na Instrução Normativa nº 02/2015/Funai, informamos que a análise realizada está descrita na Informação Técnica nº 05/2017/CGLIC/DPDS-FUNAI (anexo), contendo as correções, complementações e críticas do Estudo do Componente Indígena.

4. Importante destacar que a análise do componente indígena foi prejudicada pelo "descolamento" do mesmo dos demais elementos que compõem o Licenciamento Ambiental, uma vez que o empreendimento já possui Licença de Instalação, enquanto o componente indígena ainda está na fase de análise de viabilidade.

5. Em relação ao previsto na Portaria 060/2015, informamos que o empreendimento em tela apresentou de maneira adequada os impactos que poderão ocorrer junto às comunidades indígenas

havendo relação de causa-efeito nas medidas de mitigação. As medidas compensatórias também estão de acordo com as diretrizes previstas no acompanhamento do componente indígena.

6. *É necessário que sejam apresentados mais informações sobre a vinculação - feita pelo Ibama- do TPPP com a Faixa de Infraestrutura em Pontal do Paraná, que está sendo licenciado pelo Instituto Ambiental do Paraná- IAP, uma vez que, sem a operação do TPPP depende da viabilidade da Faixa, podendo influenciar a análise dos dois empreendimentos.*

7. *Destacamos ainda a necessidade dos empreendimentos que vem sendo instalados na região e trazendo impactos às comunidades indígenas e cuja execução das medidas de compensação vem apresentando problemas sejam considerados de maneira sinérgica e cumulativa nos licenciamentos realizados por esse Instituto.*

8. Não há, a princípio, e do ponto de vista do componente indígena, elementos que impeçam a continuidade do Processo de Licenciamento Ambiental, devendo ser observadas as seguintes condicionantes relativas ao componente indígena:

a) As correções e complementações solicitadas na Informação nº 05/2017/CGLIC/DPDS-FUNAI, incluindo a complementação da matriz de impacto deverão ser apresentadas em, no máximo, 30 (trinta) dias;

b) Os compromissos assumidos junto às comunidades indígenas, durante as reuniões realizadas, deverão ser registrados como compromissos do empreendedor, devendo conter cronograma e estratégia para seu cumprimento, podendo ser entregue junto com o Plano de Trabalho para detalhamento das medidas de mitigação e compensação;

c) Deverão ser apresentadas as informações sobre a vinculação do TPPP com a Faixa de Infraestrutura em Pontal do Paraná, e quais as alternativas à implementação da Faixa, no prazo de 30 (trinta) dias;

d) Considerando o descolamento do componente indígena e a existência da Licença de Instalação, o empreendedor deve abster-se de iniciar obras na região até que sejam realizados os detalhamentos das medidas de mitigação e compensação, uma vez que os impactos da construção devem ser mitigados, ou que sejam apresentadas medidas para proteger as terras e povos indígenas dos impactos identificados, com ações a serem executadas de acordo com o cronograma de obra.

e) A entrega do Plano de trabalho para detalhamento das medidas de mitigação e compensação não deverá exceder 45 (quarenta e cinco) dias a partir da manifestação da Funai, uma vez que já existe a Licença de Instalação;

f) Que seja apresentado a esta Funai, responsável da empresa pelo componente indígena, de modo a facilitar a interlocução entre os atores do Processo.

9. *Informamos que estamos à disposição para informações complementares que se fizerem necessárias.*

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por Rodrigo Paranhos Faleiro, Diretor(a), em 26/09/2017, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. (grifei)

Sendo assim, considero que, quando foi proferida a decisão agravada, em 09/04/2018 (evento 272 do processo originário), já tinha ocorrido a manifestação conclusiva da FUNAI acerca do componente indígena do EIA e que, diante dos termos restritos da liminar, esta realmente teria sido cumprida por meio da comunicação feita ao IBAMA por meio do expediente acima transcrito (expedido em 26/09/2017), não havendo reparos a fazer à decisão recorrida.

Assinalo, portanto, que a decisão não está embasada apenas em afirmações da agravada, como sustenta o agravante, mas em informações prestadas pela FUNAI (evento 221, anexos 2 e 3) e também em parecer do Ministério Público Federal, que opinou pelo cancelamento da liminar (evento 243) por ter constatado, por meio dos documentos do evento 221, que a FUNAI se manifestou a respeito do impacto que poderia ser causado pelo empreendimento (por meio da informação técnica 5/2017) e concluiu pela inexistência de "*elementos que impeçam a continuidade do processo de licenciamento ambiental, desde que observadas certas condicionantes*".

Diante dos termos da liminar, me parece que, realmente, o cumprimento das condicionantes e das medidas estabelecidas na licença prévia deve ser analisado no âmbito administrativo, como entendeu o juízo, aplicando-se o previsto na Seção IV da Portaria Interministerial 60/2015, segundo a qual o IBAMA solicitará manifestação sobre tais aspectos ao órgão envolvido no licenciamento oportunamente, antes de emitir as licenças de instalação e de operação. É o que se infere dos artigos que compõem a Seções IV da portaria (8º e 9º), que trata "*Da manifestação dos órgãos e entidades quanto ao cumprimento das medidas ou condicionantes*":

*Art. 8º No período que antecede a emissão das licenças de instalação e operação, o IBAMA solicitará, no prazo de até quinze dias consecutivos, contado da data de recebimento do documento pertinente, manifestação dos órgãos e entidades envolvidos **quanto ao cumprimento das medidas ou condicionantes das licenças expedidas anteriormente e quanto aos planos e programas pertinentes à fase do licenciamento em curso.***

§ 1º O prazo para manifestação dos órgãos e entidades envolvidos será de, no máximo, sessenta dias, contado da data de recebimento da solicitação do IBAMA.

§ 2º Os órgãos e entidades poderão exigir uma única vez, mediante decisão motivada, esclarecimentos, detalhamento ou complementação de informações, a serem entregues pelo empreendedor no prazo de trinta dias.

§ 3o A contagem do prazo previsto no § 1o será suspensa durante a elaboração dos esclarecimentos, detalhamento ou complementação de informações a que se refere o § 2o, a partir da data de comunicação ao empreendedor.

§ 4o O IBAMA deve ser comunicado da suspensão de prazo referida no §3o.

Art. 9o Os órgãos e entidades deverão disponibilizar ao IBAMA, na fase pertinente do licenciamento e a partir de demanda da referida autarquia, orientações para a elaboração do PBA, ou de documento similar, e de outros documentos exigíveis ao processo de licenciamento ambiental.

Reitero, assim, que se a FUNAI analisou o componente indígena do EIA e apresentou ao IBAMA as condicionantes a serem observadas no licenciamento, na minha avaliação a liminar se exauriu. Cabe ao IBAMA requerer a manifestação do órgão indigenista e suas orientações para a elaboração do Plano Básico Ambiental (PBA) e sobre o cumprimento das condicionantes e demais exigências antes de dar continuidade ao licenciamento, inclusive para retificar a licença de instalação, medida que, segundo afirmou, se prontifica a realizar administrativamente.

De qualquer modo, mesmo que não haja requerimento de manifestação da FUNAI por parte do IBAMA, incumbe à FUNAI acompanhar a implementação das medidas e condicionantes incluídas nas licenças relacionadas à sua área de competência e informar ao IBAMA eventuais descumprimentos e inconformidades em relação ao estabelecido durante as análises prévias à concessão de cada licença, como determina o artigo 10 da Portaria Interministerial 60/2015.

Destaco que a elaboração do Plano Básico Ambiental (PBA) integra uma etapa subsequente, posterior à análise conclusiva da FUNAI sobre o componente indígena do EIA, como se infere do artigo 9º da Portaria 60/2015, transcrito acima. Isso fica mais claro quando se analisa o teor do Termo de Referência elaborado pela FUNAI para o empreendimento Terminal Portuário Pontal do Paraná (evento 35, anexo 2, p. 3/20). Esse documento evidencia que **o Componente Indígena do licenciamento abrangeria dois processos distintos**, quais sejam: **(a)** a elaboração do Componente Indígena do EIA (EIA-CI), parte integrante dos Estudos Ambientais referentes ao requerimento da Licença Prévia; e **(b)** a elaboração e execução do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (PBA-CI):

Desta forma este documento tem o objetivo de nortear órgão licenciador e o empreendedor quanto aos procedimentos a serem adotados na realização do Componente Indígena do Licenciamento Ambiental da construção e operação do Porto Pontal Paraná Importação e Exportação S.A., que compõe-se principalmente, de dois processos: a) elaboração do Componente Indígena do EIA (EIA-CI), parte integrante dos Estudos Ambientais referentes ao requerimento da Licença Prévia da rodovia (sic), e b) elaboração e execução do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (PBA-CI).

Esse tópico do Termo de Referência elaborado pela FUNAI (TRE) permite compreender a divergência que se estabeleceu entre as partes, demonstrando que autor-agravante, MPF e FUNAI pretendem que se estenda os efeitos da liminar até que a FUNAI analise o Plano Básico Ambiental do componente indígena (PBA-CI), atividade que será desenvolvida numa fase posterior do processo de licenciamento e que não foi abrangida pelo provimento judicial.

A distinção entre os processos/fases do componente indígena (EIA-CI e PBA-CI) e a atuação da FUNAI em cada um desses processos está mais claramente evidenciada no roteiro que a FUNAI apresentou em suas contrarrazões (evento 32, anexo 1, p. 33-34/48, deste agravo):

Etapas do Licenciamento Ambiental

- 1. Identificação do órgão ambiental licenciador (se ele é federal, estadual ou municipal).*
- 2. Emissão, pelo órgão licenciador, do termo de referência para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental — EIA/RIMA. No caso das comunidades indígenas, a FUNAI é o órgão responsável pela emissão do Termo de Referência para a realização dos estudos do componente indígena.*
- 3. Realização do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental EIA/RIMA.*
- 4. Entrega do EIA/RIMA e realização de audiências públicas. As audiências com as comunidades indígenas são realizadas com a participação da FUNAI.*
- 5. Emissão do parecer técnico sobre o EIA/RIMA pelo órgão licenciador e pelos órgãos intervenientes. No caso do estudo do componente indígena, a FUNAI faz a análise e envia o parecer técnico para o órgão licenciador.*
- 6. Emissão da Licença Prévia — LP, com as condicionantes para que o processo de licenciamento ambiental possa ter continuidade.*
- 7. Se existirem impactos do empreendimento sobre a comunidade indígena e sua terra, e elaborado o Plano Básico Ambiental — PBA para as comunidades indígenas, com o detalhamento técnico das ações indicadas pela FUNAI em seu parecer. Esse PBA é elaborado em parceria com as comunidades indígenas.*
- 8. Quando o PBA do componente indígena está pronto, a FUNAI faz nova análise e emite o parecer técnico, que é enviado para o órgão licenciador.*
- 9. Se tudo estiver tecnicamente correto, o órgão licenciador junta o parecer da FUNAI a todos os outros do processo e emite a Licença de Instalação — LI. Assim, a obra está autorizada a começar.*
- 10. Execução do Plano Básico Ambiental — PBA e apresentação de relatórios técnicos ao licenciador e aos órgãos intervenientes. No caso das comunidades indígenas, a FUNAI faz o acompanhamento e*

a análise técnica dos relatórios de execução do programa do componente indígena e envia para o licenciador.

11. Quando a obra está pronta, é solicitada a emissão da Licença de Operação — LO para que o empreendimento possa funcionar. Para conseguir essa licença é preciso comprovar que as condicionantes da LI estão sendo cumpridas.

O roteiro demonstra que a FUNAI emite parecer técnico e o envia ao órgão licenciador (IBAMA, neste caso) em três momentos diferentes no decorrer do processo de licenciamento:

(1) o primeiro, depois da entrega do EIA/RIMA pelo empreendedor e da realização das audiências com as comunidades indígenas, antes da concessão da licença prévia (tópicos 4 a 6);

(2) o segundo, depois que o Plano Básico Ambiental (PBA) foi elaborado e está pronto, previamente à expedição da licença de instalação (tópicos 7 a 9);

(3) o terceiro, depois que o Plano Básico Ambiental (PBA) foi executado e lhe foram apresentados os respectivos relatórios, antes da emissão da licença de operação (tópicos 10 a 11).

Essas etapas constam de forma bem detalhada na Instrução Normativa FUNAI nº 2/2015, que, dentre outros aspectos, discrimina os procedimentos administrativos para as manifestações da FUNAI no âmbito do licenciamento ambiental, a partir da qual se depreende que a análise do componente indígena dos estudos ambientais é feita em uma etapa própria que culmina com a análise conclusiva sobre o EIA/RIMA (Seção II, artigos 8º a 11), enquanto a análise do Plano Básico Ambiental (PBA) ocorre posteriormente (Seção III, artigo 12 e seguintes):

CAPÍTULO II DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA AS MANIFESTAÇÕES DA FUNAI NO ÂMBITO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Seção I Do Termo de Referência Específico

Art. 4º Instada pelo órgão ambiental licenciador a se manifestar, a Funai, por meio da Coordenação Geral de Licenciamento - CGLIC da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável - DPDS deverá instaurar processo administrativo interno para subsidiar sua manifestação.

(...)

Art. 6º Instaurado o processo, a CGLIC deverá consultar as seguintes Coordenações da Diretoria de Proteção Territorial - DPT: I - Coordenação Geral de Geoprocessamento; II - Coordenação Geral de Identificação e Delimitação; e III - Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém-Contatados. § 1º A consulta de que trata o caput tem como objetivo obter informações sobre as situações previstas no art. 2º.

*Art. 7º Após a consulta referida no art. 6º, a CGLIC consolidará **Termo de Referência Específico** contendo as exigências de informações ou de estudos específicos referentes à intervenção da atividade ou empreendimento em terra indígena, a fim de subsidiar a realização dos estudos dos impactos relativos ao componente indígena do licenciamento.*

(...)

Seção II Da manifestação em relação ao componente indígena dos estudos ambientais

Art. 8º Instada pelo órgão ambiental licenciador a se manifestar em relação aos estudos ambientais, a Funai, por meio da CGLIC, analisará, mediante parecer técnico, os estudos do componente indígena a partir da verificação dos seguintes itens:

I - o cumprimento do Termo de Referência Específico;

II - a avaliação da matriz de impactos socioambientais, sob a óptica do componente indígena; e

III - a relação de causa e efeito entre os impactos apontados no estudo e as medidas propostas para a sua mitigação e controle ambiental.

Parágrafo único: A Funai deverá, ainda, considerar documento específico elaborado pelo empreendedor, complementar aos estudos, desde que este seja apresentado ao órgão licenciador competente e, em caso de concordância, encaminhado ou disponibilizado pelo referido órgão à Funai.

Art. 9º O parecer referido no art. 8º será aprovado por despacho do Coordenador-Geral da CGLIC, que poderá recomendar à DPDS, de forma motivada, que os estudos sejam:

I - considerados aptos à apresentação para as comunidades indígenas;

II - esclarecidos, detalhados ou complementados pelo empreendedor;

ou III - considerados inaptos à apresentação para as comunidades indígenas.

§ 1º Os estudos considerados aptos pela DPDS serão apresentados às comunidades indígenas afetadas, em linguagem acessível ou com tradução para línguas maternas, com apoio do empreendedor, sempre que necessário.

§ 2º A apresentação e a oitiva das comunidades indígenas serão realizadas por equipe técnica da CGLIC, antes da elaboração de seu parecer final sobre os estudos.

§ 3º No caso previsto no inciso II, acatada a recomendação constante do despacho da CGLIC, o Diretor da DPDS fará as devidas solicitações por meio de ofício ao empreendedor.

§ 4º O pedido de esclarecimentos, detalhamentos ou complementações referido no inciso II do caput poderá ser feito uma única vez, mediante decisão motivada, e deverá ser entregue pelo e m p r e e n d e d o r.

§ 5º A contagem do prazo previsto no art. 7º da Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015, será suspensa durante a elaboração do pedido de esclarecimentos, detalhamentos ou complementações.

§ 6º O órgão ambiental licenciador deverá ser comunicado da suspensão de prazo referida no § 5º.

Art. 10. Após a apresentação e oitiva das comunidades indígenas, a CGLIC emitirá o parecer técnico final, podendo recomendar à DPDS que os estudos sejam:

I - aprovados;

II - aprovados, com ressalvas;

ou III - reprovados.

Art. 11. A Funai emitirá, por meio de ofício do Diretor da DPDS, sua manifestação conclusiva, podendo:

I - recomendar o prosseguimento do processo de licenciamento, sob a óptica do componente indígena;

ou II - apontar a existência de eventuais óbices ao prosseguimento do processo de licenciamento, sob a óptica do componente indígena, indicando, sempre que possível, as medidas ou condicionantes consideradas necessárias para superá-los.

Parágrafo único. A manifestação conclusiva será encaminhada no prazo de até noventa dias no caso de EIA/RIMA e de até trinta dias nos demais casos, a contar da data de recebimento da solicitação do órgão ambiental licenciador.

Seção III Da manifestação em relação aos planos, programas, projetos e medidas de controle previstas no Projeto Básico Ambiental ou documento equivalente

Art. 12. Instada a se manifestar pelo órgão ambiental licenciador no período que antecede a emissão da licença de instalação, a Funai, por meio da CGLIC, analisará, mediante parecer técnico, os programas previstos no Projeto Básico Ambiental - PBA ou documento equivalente definidor do conjunto de planos, programas, projetos e medidas de controle ambiental, a partir da verificação dos seguintes itens:

I - adequação e pertinência do conteúdo do documento;

II - relação de causa e efeito entre os impactos apontados no estudo e as medidas propostas;

e III - sustentabilidade socioambiental das medidas propostas.

Parágrafo único. A Funai deverá ainda considerar documento específico elaborado pelo empreendedor, complementar aos estudos, desde que este seja apresentado ao órgão licenciador competente e, em caso de concordância, encaminhado ou disponibilizado pelo referido órgão à Funai.

Art. 13. A análise referida no art. 12 será aprovada por despacho do Coordenador-Geral da CGLIC, que poderá recomendar à DPDS, de forma motivada, que o PBA ou outro documento definidor do conjunto de planos, programas, projetos e medidas de controle ambiental analisado seja:

I - considerado apto à apresentação para as comunidades indígenas;

II - esclarecido, detalhado ou complementado pelo empreendedor;

ou III - considerado inapto à apresentação para as comunidades indígenas.

§ 1º O PBA ou documento equivalente considerado apto pela DPDS será apresentado às comunidades indígenas afetadas, em linguagem acessível ou com tradução para línguas maternas, com apoio do empreendedor, sempre que necessário.

§ 2º A apresentação e a oitiva das comunidades indígenas serão realizadas por equipe técnica da CGLIC, antes da elaboração de seu parecer técnico final sobre o instrumento, no prazo de quinze dias.

§ 3º No caso previsto no inciso II, acatada a recomendação constante do despacho da CGLIC, o Diretor da DPDS fará as devidas solicitações por meio de ofício ao empreendedor.

(...)

Art. 14. Após a apresentação e oitiva das comunidades indígenas, a CGLIC emitirá o parecer técnico final, podendo recomendar à DPDS que o PBA ou outro documento definidor do conjunto de planos, programas, projetos e medidas de controle ambiental analisado seja:

I - aprovado;

II - aprovado, indicando a execução de outras medidas mitigadoras, compensatórias, programas ou condicionantes considerados necessários;

ou III - reprovado.

§ 1º A Funai, por meio de ofício do Diretor da DPDS, emitirá manifestação conclusiva sobre o conjunto de planos, programas, projetos e medidas de controle ambiental, podendo:

I - recomendar o prosseguimento do processo de licenciamento, sob a ótica do componente indígena;

ou II - apontar a existência de eventuais óbices ao prosseguimento do processo de licenciamento, sob a ótica do componente indígena, indicando, sempre que possível, as medidas ou condicionantes consideradas necessárias para superá-los.

(...)

Portanto, as manifestações conclusivas da FUNAI sobre os estudos (EIA) e sobre o PBA são distintas e ocorrem, ordinariamente, em momentos diferentes do procedimento de licenciamento ambiental, a primeira antes da emissão da licença prévia e a segunda, antes da concessão da licença de instalação.

Como na situação em exame já foi expedida a licença de instalação, autor-agravante, FUNAI e MPF objetivam restabelecer a liminar e manter suspensa a licença de instalação ao menos até que a FUNAI realize a segunda dessas manifestações, após a elaboração do PBA, para impedir que antes disso ocorra o início das obras (o que, a princípio, seria a decorrência natural do prosseguimento do processo de licenciamento). Essa pretensão, em tese, parece que seria justa, considerando que, se a licença de instalação já foi expedida (e há bastante tempo, em 2015), seria indispensável que todas as etapas que devem anteceder a sua expedição houvessem sido concluídas (tópicos 1 a 8) adequadamente. Isso, contudo, ainda não havia ocorrido quando foi proferida a decisão agravada, tanto é que o empreendedor informou neste agravo de instrumento, bem depois, que estava realizando diligências preliminares, como a contratação de empresa para elaboração do PBA e indicação de equipe técnica para acompanhar o processo (segundo processo do componente indígena) junto à FUNAI e às comunidades indígenas (evento 58).

Porém, é preciso se ater ao pedido formulado na primeira instância e neste agravo de instrumento, que foi interposto pelo autor Mário Teixeira, requerendo apenas o restabelecimento da liminar que, como foi assinalado, já se esgotou. Se o autor, a FUNAI e o Ministério Público Federal consideram que a proteção outorgada pelo juízo às comunidades indígenas por meio da liminar foi insuficiente, poderiam ter impugnado a decisão que suspendeu os efeitos da licença de instalação apenas até a análise do componente indígena do EIA (evento 110) pelas vias processuais adequadas, pedindo que fosse concedida tutela mais ampla (até a análise de todos os requisitos indispensáveis à expedição da licença de instalação, por exemplo). Porém, isso não foi feito. Logo, se não houve recurso adequado e tempestivo, não cabe, agora, neste estágio do processo, discutir o acerto da liminar (eventos 110 e 152) e pretender ampliá-la.

Saliento que os únicos agravos de instrumento interpostos contra decisões proferidas no feito originário antes do presente recurso são aqueles mencionados anteriormente (5044859-42.2015.4.04.0000 e 5045299-38.2015.4.04.0000), que atacaram apenas a decisão do evento 39. Realmente, as decisões dos eventos 110 e 152 não foram objeto de agravo, apesar de ter se registrado no julgamento conjunto dos agravos pretéritos que esta Corte poderia vir a analisar novamente a necessidade de cassar ou de ampliar a liminar ao controlar a decisão que viesse a ser proferida pelo juízo ao apreciar os requerimentos que já haviam sido feitos pelas partes no feito originário naquela ocasião, de revogar a liminar por ter sido atendida e de esclarecer o seu alcance.

Resumindo, como não houve recurso oportuna e tempestivamente, a antecipação de tutela é aquela que foi deferida pela decisão do evento 39, cujos efeitos foram modulados no evento 110 (de confirmados no evento 152), para suspender os efeitos da licença de instalação apenas até a análise do componente indígena do EIA/RIMA pela FUNAI. Como essa análise já foi feita (evento 221, anexos 2 e 3, do processo originário), a liminar se esgotou e está correta a decisão agravada. Se alguma das partes e o Ministério Público Federal, atuando como fiscal da lei, pretendem obter provimento jurisdicional mais abrangente, devem formular novo pedido de tutela antecipada, ou requerer o que for do seu interesse em ação própria, se for o caso. Não há como determinar a suspensão do processo de licenciamento ou da licença de instalação até momento ulterior neste recurso, tendo em vista que o agravante requereu apenas que seja mantida hígida a liminar outrora concedida (que já se esgotou, como já foi dito), e não que seja deferida nova tutela de urgência. Ainda que houvesse sido deduzido pedido nesse sentido, parece que seria inviável acolhê-lo nesta instância, considerando que, salvo engano, não foi veiculado pedido semelhante no primeiro grau de jurisdição. A necessidade e o cabimento de uma tutela de urgência diferente daquela que já se exauriu, que implicasse nova suspensão da Licença de Instalação 1059/2015 ou do processo administrativo até a conclusão de outras fases ou etapas do licenciamento, deve ser analisada previamente pelo juiz natural, segundo os requisitos do artigo 300 do CPC, e, só então, se houver indeferimento do pedido ou omissão injustificada, é que caberá a este Tribunal se pronunciar a respeito, sob pena de haver indevida supressão de instância.

Como já assinalei no voto condutor do julgamento do Agravo de Instrumento nº 5045299-38.2015.4.04.0000 (interposto contra a decisão do evento 39 do processo originário), a este Tribunal cabe apenas controlar a decisão agravada, examinando a regularidade e higidez do pronunciamento judicial impugnado. E esse controle deve ser exercido levando em conta os limites do pedido formulado pela parte agravante. Pedidos diversos devem ser submetidos ao juiz natural, o qual, neste caso, ressaltou em várias oportunidades que poderia vir a analisar novamente a necessidade de suspender integralmente a licença de instalação se demonstrada a imprescindibilidade dessa medida para assegurar a proteção ambiental e o respeito às comunidades indígenas.

Por fim, rejeito as demais alegações da parte agravante, assinalando que: **(a)** se, eventualmente, a ré Porto Pontal faltou com a verdade ou omitiu informações perante o juízo de origem (o que não parece ser o caso), o pedido de aplicação das sanções por litigância de má-fé deve ser formulado ao juiz natural e por ele decidido, sendo inviável que esta Corte conheça desse pedido se a questão não foi objeto da decisão agravada; **(b)** seria desnecessário conceder prazo à FUNAI para manifestação sobre a situação atual do processo administrativo, como requerido no evento 251, pois as informações existentes nos anexos do evento 221 permitiam ao juízo decidir acerca do cumprimento ou não da liminar, como foi constatado neste voto; **(c)** é irrelevante para o julgamento deste agravo que a FUNAI tenha afirmado

(evento 289, anexo 1) que não tem como se manifestar sobre o início das obras por não dispor ainda do Plano Básico Ambiental (PBA-CI), já que o que está em análise é se foi ou não concluída uma etapa anterior do licenciamento, fixada pelo juízo como o marco até o qual subsistiria a ordem de suspensão da licença de instalação, a saber, a análise conclusiva do componente indígena do EIA (CI-EIA); **(d)** não vislumbro a suscitada invasão das atribuições da FUNAI, pois o juízo não afirmou que as condicionantes teriam sido cumpridas, mas apenas que, aparentemente, o empreendedor teria apresentado documentos com o objetivo de atender às exigências da FUNAI, ressaltando que a avaliação do que fora apresentado deveria ser feita administrativamente, pelos órgãos envolvidos no licenciamento.

Ante o exposto, **voto por negar provimento ao agravo de instrumento e por julgar prejudicados os embargos de declaração.**

Documento eletrônico assinado por **CÂNDIDO ALFREDO S. LEAL JR., Desembargador Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **40001041178v343** e do código CRC **40e5a654**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): CÂNDIDO ALFREDO S. LEAL JR.
Data e Hora: 5/6/2019, às 17:48:49

5017701-07.2018.4.04.0000

40001041178.V343